

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FCS
PROGRAMA DE POS GRADUAÇÃO
EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

LUCINETE APARECIDA DE MORAIS

**COMUNIDADE DO FERREIRO (GO):
A TERRA, A LUTA E O SAGRADO.**

**GOIÂNIA
2015**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS
DE TESES E
DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

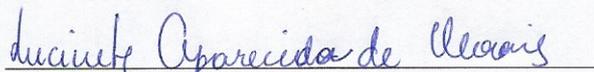
Nome completo do autor: LUCINETE APARECIDA DE MORAIS

Título do trabalho: COMUNIDADE DO FERREIRO (GO): A TERRA, A LUTA E O SAGRADO

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 29 / 07 / 2017

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente
- Submissão de artigo em revista científica
- Publicação como capítulo de livro
- Publicação da dissertação/tese em livro

²A assinatura deve ser escaneada.

LUCINETE APARECIDA DE MORAIS

COMUNIDADE DO FERREIRO (GO): A TERRA, A LUTA E O SAGRADO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós graduação em Antropologia Social como partes dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás – UFG.

Orientador: Dr. Manuel Ferreira Lima Filho

**GOIANIA
2015**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Morais, Lucinete Aparecida
Comunidade do Ferreiro (GO): a terra, a luta e o sagrado
[manuscrito] / Lucinete Aparecida Moraes. - 2015.
106 f.

Orientador: Prof. Dr. Manuel Ferreira Lima Filho .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em
Antropologia Social, Goiânia, 2015.

Bibliografia.

Inclui siglas, mapas, fotografias, gráfico, tabelas, lista de figuras.

1. Ferreiro (GO). 2. terra. 3. lutas. 4. patrimônio cultural. 5. práticas cotidianas. I. , Manuel Ferreira Lima Filho, orient. II. Título.

CDU 572



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
LUCINETE APARECIDA DE MORAIS

Aos 17 dias do mês de dezembro de 2015, às 9 horas, no Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, realizou-se a sessão de julgamento da Dissertação de Mestrado da mestranda **LUCINETE APARECIDA DE MORAIS**, intitulada *Comunidade do Ferreiro (GO): a terra, a luta e o sagrado*. A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes Professores Doutores: Manuel Ferreira Lima Filho (UFG/presidente), Marlene Castro Ossami de Moura (PUC-GO/membro), Janine Helfst Leicht Collaço (UFG/membro) e Joana Aparecida Fernandes Silva (UFG/suplente). A candidata apresentou o trabalho, os examinadores a arguíram e ela respondeu às arguições. Às 09h45 horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, pela qual foram atribuídos à mestranda os seguintes resultados:

Aprovado () Reprovado

Dr. Manuel Ferreira Lima Filho Manuel Ferreira Lima Filho

Aprovado () Reprovado

Dr.^a Marlene Castro Ossami de Moura Marlene Castro Ossami de Moura

Aprovado () Reprovado

Dr.^a Janine Helfst Leicht Collaço Janine Helfst Leicht Collaço

Resultado Final Aprovado

Reaberta a sessão pública, o presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada por mim, Elder Pereira Dias, secretário do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, e pelos membros da Banca Examinadora.

Elder Pereira Dias Elder Pereira Dias

**Para os meus quatro filhos: Zara, Cora, Clara e Arthur.
Este é o exemplo!
Mãe ama!**

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não poderia ser realizado sem a colaboração de inúmeras pessoas as quais devo expressar a minha profunda gratidão.

Agradeço à força suprema e pulsante no meu interior – o grande espírito, que muitos chamam de Deus, e, que me guiou neste trabalho a fim de dar voz aos responsáveis pelo alimento na nossa mesa. Sou apenas um instrumento!

Agradeço aos meus pais que me proporcionaram a viagem terrena. À minha mãe, em especial, que me deu o folego de vida e o ensinamento para assumir as responsabilidades da trajetória por mim escolhida, com responsabilidade e honestidade.

A minha sogra que me ajuda a cuidar dos bebês enquanto fico sentada por horas nesta poltrona em frente ao computador tecendo as tramas e narrativas.

Aos meus filhos, minha fonte de inspiração e que estão felizes por esta minha conquista.

Ao Arthur que foi companheiro deste sonho simples e mirabolante, que é divulgar o Ferreiro. Obrigada pelos momentos de apoio, incentivo e coragem.

A toda comunidade do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social - PPGAS que participou da minha trajetória no programa. Não citarei nomes porque todos foram intensamente especiais. Obrigada pela acolhida, cumplicidade e dedicação à amizade e a leitura dos meus escritos.

À minha banca de qualificação que me ajudou a lapidar o trabalho para esta versão.

Ao meu orientador doutor Manuel Ferreira Lima Filho, muito obrigada pela confiança na busca sempre do êxito deste trabalho. Eterna gratidão!

A doutora Nei Clara de Lima, antropóloga, meu especial carinho pela pessoa sensível, inteligente e trabalhadora das narrativas antropológicas, e, uma das primeiras pessoas em acreditar e incentivar a pesquisa sobre o Ferreiro.

Aos meus alunos da especialização interdisciplinar em Patrimônio, Direitos Culturais e Cidadania em que trocamos muito sobre patrimônio vilaboense, o que me ajudou a pensar o patrimônio pelas vias da invisibilidade sociais, e, ações educativas para sensibilizar e valorizar o nosso patrimônio goiano.

Aos companheiros da especialização em Direitos Sociais do Campo, primeira turma de especialização pelo PRONERA, que me introduziu o mundo das lutas sociais, no qual pude vivenciar a organização social e a mística dos movimentos sociais pela terra, em especial no município, e, pensar mais sobre minha pesquisa.

A cidade de Goiás, que acolheu “de coração” para que pudesse criar meus filhos, estudar e trabalhar com e pelo patrimônio cultural. Ao longo desses dez anos na cidade aprendi de forma especial viver o patrimônio todo dia. Descobri os valores e preços das coisas e pessoas, a importância e a classificação que damos a elas.

Aos moradores e comerciantes da cidade de Goiás com fortes lembranças sobre o Ferreiro me emocionam a cada conto enquanto ganho pontos para esta tessitura.

A CAPES, pela bolsa de pesquisa concedida para o desenvolvimento deste trabalho.

As instituições que colaboram com a pesquisa: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Instituto Federal de Goiás - IFG, Universidade Estadual de Goiás – UEG, Núcleo de agroecologia e educação do campo - GWATÀ, Universidade Federal de Goiás - UFG e Arquivo Frei Simão Dorvi.

Por último, não menos importante, aos meus interlocutores, especialmente a comunidade do Ferreiro – P.A. Serra Dourada que trouxe tantas categorias para minha experiência com a Antropologia, e, ao longo do processo amadureci. Não foi uma tarefa fácil, mas me sinto fortalecida, mais forte do que quando comecei.

Salve Deus!!!

RESUMO

Esta dissertação apresenta o tema da terra, da luta e do patrimônio cultural na localidade do Ferreiro, sítio histórico tombado pelo IPHAN no município de Goiás e vivenciado por comunidade de assentados - o Projeto de Assentamento Serra Dourada. As fontes documentais somadas ao método etnográfico permitiram identificar as representações e apropriações do lugar por meio da organização social, da produção, das festas, do sagrado, da política e das memórias da comunidade. O recorte deste trabalho levou em consideração as práticas cotidianas da comunidade do Ferreiro e o desejo de significá-las para o bem viver coletivo em torno da terra e do sagrado.

Palavras-chave: Ferreiro(GO); terra, luta, patrimônio cultural, práticas cotidianas

ABSTRACT

This thesis presents the issue of land , the struggle and the cultural heritage in the town of Ferreiro(GO) , historic site listed by IPHAN in the city of Goiás and experienced by settlers community - the Settlement Project Serra Dourada . The documentary sources added to the ethnographic method allowed to identify the representations and appropriations of the place through the social organization of production, the festivals , the sacred , politics and community memories. The outline of this work took into consideration the daily practices of the Ferreiro community and the desire to signify them for good collective life around the earth and the sacred .

Keywords : Ferreiro (GO) ; land , fight, cultural heritage , everyday practices

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Prancha 01: Reconhecimento de campo

Gráfico 01: Configuração da organização social do P.A. Serra Dourada, 2014.

Tabela 01: Critérios de seleção do candidato à assentado pelo Incra

Foto 05/06: Visita técnica para desenvolvimento do Diagnostico Rural Participativo – DRP/2014

Gráfico 02: Classificação das atividades econômicas desenvolvidas no P.A.

Fotos 09/10: assentado do P.A. Serra Dourada é tesoureiro da nova diretoria da COOPAR/2015; ponto temporário na reforma do Mercado Municipal de Goiás, de uma família comerciante e assentada do P.A. Serra Dourada, 2015.

Figura 01: Linha do tempo sobre a história da luta pela terra em Goiás

Foto 11: D. Tomás Balduino na missa para entrega da igreja de São João Batista, 2012.

Foto 12: Foto oficial da posse do P.A. Serra Dourada – arquivo da associação

Fotos 13/14: Dona Joana e seu paraíso, 2015

Fotos 15/16: Vista do quintal e da varanda de dona Joana

Fotos 17/18: Visita técnica/aula prática - 2º ano agroecologia/IFG

Gráfico 03: Período das Águas – de outubro a abril

Gráfico 04: Período das Secas – de Junho à Setembro

Prancha 02: Produção de hortaliças e mudas / carro-chefe

Gráfico 05: Produção de Frango

Prancha 03: Produção e Espaço de Mulher

Gráfico 06: Projeto Piloto de outras produções no sistema agroecológico

Prancha 04: Produção de peixes e turismo de experiência

Fotos 19/20: Atividades do Altamiro, assentado desde 2010 no P.A. Serra Dourada

Foto 21: Igreja de São Joao Batista, Ferreiro/2015, autor: Robson Vieira

Prancha 05: Igrejas remanescentes do período colonial de Goiás

Figura 02: Medidas oficiais e comunitárias

Tabela 02: Dados levantados durante a pesquisa de arquivo/2014.

Prancha 06: Ações de preservação S.O.S.Ferreiro. Arquivo do IPHAN/1993

Prancha 07: Missa de entrega da capela à comunidade do Ferreiro, 2012

Prancha 08: Parcerias para a festa de São João Batista, 2015

Prancha 09: Preparação da festa e montagem da exposição no dia (12)

Prancha 10: Aspectos socioculturais da festa de São João Batista, 2015

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - GWATÁ - Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (Goiás/GO). Localização da Igreja do Ferreiro referente ao P. A. Serra Dourada e a Cidade de Goiás/GO . Goiás, 2015. Banco de dados interno. Escala 1:10.000.

Mapa 02 – GWATÁ - Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (Goiás/GO). Assentamento Serra Dourada - Município de Goiás/GO. Goiás, 2014. Banco de dados interno. Escala 1:15.000.

LISTA DE SIGLAS

P. A. Serra Sourada – Projeto Assentamento Serra dourada
CPT – Comissão Pastoral da Terra
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
EFA-GO - Escola Família Agrícola de Goiás
PDA – Plano de desenvolvimento do assentamento
MCP- Movimento Camponês Popular
PPGAS – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior
IPHAN -Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IFG - Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
UEG - Universidade Estadual de Goiás
GWATÀ – Núcleo de agroecologia e educação do campo
UFG - Universidade Federal de Goiás
Arquivo Frei Simão Dorvi
MST - Movimento Sem Terra
SEBRAE – Serviço Brasileiro de apoio a pequenas empresas
SEE – Secretaria de Estado da Educação
COOPAR - Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Goiás e Região
ONG OIKOS
PRONAF - O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
MuBan - Museu das Bandeiras
Narq - Núcleo de Arqueologia
MA - Museu Antropológico

SUMÁRIO

A ENTRADA NO CAMPO	13
INTRODUÇÃO	15
1 – “Ou morria na luta, ou morria de fome”: A comunidade do Ferreiro(GO)..	19
1.1 O antigo arraial do Ferreiro: os tempos inaugurais.....	21
1.2 O “tempo” do Projeto de Assentamento Serra Dourada.....	24
1.3 Território(s), de quem?.....	32
2- Algumas vozes do Ferreiro: Diálogos com a Anciã e o Produtor.....	35
2.1 Representações históricas da luta pela terra em Goiás.....	36
2.2 Campesinato: no triero da identidade e da política.....	39
2.3 Escutas Etnográficas de “mundos rurais”.....	41
2.3.1 Dona Joana, a expressão de uma luta!.....	47
2.3.2 Altamiro, o produtor de mudanças.....	57
2.3.2.1 O novo camponês.....	66
3- Celebrar o Ferreiro: Monumento e festa.....	73
3.1 A Igreja de São João Batista, um monumento nacional e goiano.....	76
3.2 A Igreja/monumento para a preservação do Ferreiro.....	79
3.3 O registro do patrimônio imaterial como medida de proteção.....	89
3.4 O primeiro registro etnográfico da festa de São João do Ferreiro.....	91
3.5 A importância de celebrar o Ferreiro	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
REFERÊNCIAS.....	107

A ENTRADA NO CAMPO

Diário de Campo - junho /2009

Na estrada que vai para Goiás e para Aruanã, mais adiante do bar da Simone, a sua direita existe um lugar.

Logo a frente avista-se uma igreja de cor branco e verde e um cemitério do lado. Que lugar lindo! Que cheiro de infância! Sabe, daqueles dias que se fugia da casa da avó que morava na roça e ia mato adentro?

Este lugar é conhecido com Ferreiro, um antigo arraial goiano. A igreja e o cemitério são do período colonial, tempos de mineração, prova material dos laços e “nós” (i)materiais constituídos pelos homens ao longo dos anos.

Como num quebra cabeça, comecei a tecer possíveis narrativas acerca do lugar. O levantamento de dados primários em arquivos e bibliotecas eram insuficientes para a grande impressão dessa primeira abordagem.

Foi nas rodas de conversas, em observações do cotidiano e da vida social da cidade, como comprar alimentos abastecidos por agricultores e moradores do Ferreiro – o Projeto de Assentamento Serra Dourada, além de leituras de documentos e literaturas do Goiás colônia que possibilitou a sensível percepção de que o Ferreiro era mais que um pequeno arraial esquecido. Era passagem de todo viajante que vinha pra cidade de Goiás, antes arraial de Santana e depois Vila Boa, ainda chamada por muitos nativos.

Esquecido? Para quem?

Os laços afetivos conduzem novas relações, novos olhares, outras possibilidades. A recepção calorosa dos familiares, a instituição popular do compadrio, as trocas e os agrados da comunidade plural e rural revela os modos de viver do camponês goiano.

O Projeto de Assentamento Serra Dourada, representado pelo seu Geraldo, homem simples, de nobre coração é o meu primeiro guia na região. Por seus olhos, conheci o funcionamento da comunidade - a constituição de parcerias, estes presentes no dia-a-dia. O lugar da lida, do jogo de futebol, do encontro debaixo da mangueira... e, assim, que me senti segura no quintal, pulei a cerca. Fui longe, de

carro, a pé... Na biquinha, na pedreira, em Ouro Fino. Fui mesmo desbravar. Fui tanto, que quis guardar o Ferreiro numa caixinha de lembranças.

Aí, surge a ideia da comunidade: se museu guarda as coisas do passado, porque a gente não guarda a igreja, já que ela tá acabando com esse tanto de morcegos?

A intenção de um museu era “guardar” a memória, e também anunciar a ação de preservação dessa comunidade, que a meu ver é grandiosa. O zelo pela igreja e o desejo de memória fez com que o IPHAN, órgão guardião do patrimônio brasileiro, pudesse no ano de 2013, na festa de São João, padroeiro da capela, entregar a obra de restauração dos bens culturais, para a comunidade residente – a comunidade do Ferreiro: P.A. Serra Dourada e para todos nós goianos em homenagem a memória inaugural do nosso estado de Goiás.

Com o bandeirante veio também o religioso com o papel de levantar o cruzeiro e a capela junto às minas; símbolo de posse e marco inicial da povoação. Nasce também aí o traço básico da referencia cultural não material, exatamente àquela que reúne as pessoas para o mundo do sagrado.

Este apontamento é apenas o fio condutor em que a terra, a luta e o sagrado dão contornos especiais para as vivências cotidianas da comunidade do Ferreiro. O jeito de viver goiano é re-vivido na alimentação, na plantação, nas trocas simbólicas e nas festas partilhadas no/do Ferreiro e que reforçam o nosso patrimônio goiano.



INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo apresentar os resultados da pesquisa de mestrado no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Goiás. A área da pesquisa é o antigo arraial do Ferreiro, distrito da cidade de Goiás, conhecida como um dos Patrimônios da Humanidade. Tem-se a preocupação com o protagonismo de “novos” atores, chamados de subalternos frente ao uso social do patrimônio cultural, visto que existem as políticas públicas que protegem o patrimônio pela ótica do Estado – cultura material e imaterial. A ideia é ampliar a discussão de patrimônio cultural dando voz aos que estão diretamente envolvidos com o bem no cotidiano, nesse caso, uma comunidade de assentados.

O Arraial do Ferreiro é uma das mais antigas povoações goianas, sendo anterior a 1726, conforme alguns visitantes - Saint-Hilarie (1819); Pohl (1820); Cunha Mattos (1819) dos lugares anhanguerinos – Ouro Fino, Ferreiro, Barra também conhecido como Buenolândia e Arraial de Santana, hoje cidade de Goiás. O Arraial está situado a leste (5 km) da cidade de Goiás e, foi criado em razão de um ferreiro, que à época do descobrimento das minas de ouro se assentou no lugar, fazendo surgir um pequeno núcleo urbano.

Com o declínio da mineração, homens negros e pardos permanecem no lugar em busca da sobrevivência por meio da agricultura de subsistência, já os homens brancos que aqui ficaram geralmente eram funcionários do governo. O Ferreiro é marcado pelo processo de ruralização até quase ser extinto. A terra pertencia ao Ministério da Agricultura, e a ideia de doação ao INCRA para que pudesse tornar-se um projeto de assentamento modelo, foi liderado pela CPT, na figura de D. Tomás Balduino.

É exatamente neste referencial temporal que começa a pesquisa. Ela se orientou pelo método etnográfico, proposto por Malinowski como a observação participante, que prioriza a aproximação por meio de uma imersão na cultura que se pretende conhecer (MALINOWSKI, 1978). Método este que foi sofisticado a partir das contribuições de Clifford Geertz que compreende a experiência etnográfica como um

processo interpretativo, sendo imprescindível que o etnógrafo faça uma “descrição densa” daquilo que observa (GEERTZ, 1989).

As relações estabelecidas com os informantes é que conduzirá o olhar, o ouvir, o próprio ver e sentir da pesquisa. “Pedir que as pessoas falem sobre como era, até onde a memória alcança as relações, as práticas com o lugar, como foram se modificando e como elas são agora” (BRANDÃO, 2007).

Esta proposta de trabalho surgiu durante a graduação em História pela Universidade Estadual de Goiás em que participei de projetos de pesquisa e estágios voltados para o campo do patrimônio cultural. O Museu das Bandeiras - MuBan, o Núcleo de Arqueologia - Narq e o Museu Antropológico tiveram papel fundamental na minha formação, pois pude participar de cursos e encontros sobre a temática para ampliar o olhar sobre o patrimônio, e, os quais contribuíram para o meu encontro com a Antropologia.

No Trabalho de Conclusão de Curso – TCC abordei as categorias de patrimônios, museus e comunidades ao estudar um caso a respeito do Ferreiro, já que a comunidade de assentados desejava conhecer a memória do lugar para a sua valorização e divulgação, uma vez que visitantes ali chegavam hora ou outra.

A pesquisa etnográfica dividiu-se em 03 etapas: o reconhecimento do campo em 2013; pesquisa de campo em janeiro, maio e setembro de 2014 e o retorno ao campo em junho e julho de 2015.

A primeira etapa (2013) de campo possibilitou a finalização do projeto com o orientador. O recorte levou em consideração as práticas cotidianas da comunidade do Ferreiro e o desejo de significá-las. Ainda no diagnóstico foram possíveis os levantamentos de dados – fontes primárias (documentos originários) e secundárias (pesquisa bibliográfica) arquivos, gabinetes, bibliotecas e museus, principalmente da Cidade de Goiás, e, realizadas leituras de livros, artigos, ensaios, leis, relatos de experiências a cerca do Patrimônio Cultural, principalmente reflexões sobre o patrimônio goiano.

A segunda etapa (2014) marcada pelo levantamento dos sujeitos da pesquisa – os diretos: assentados do P.A. Serra Dourada e os indiretos: aqui podemos classificar os agentes do patrimônio, vilaboenses que moraram no Ferreiro, pesquisadores, estudantes, técnicos de assistência rural, turistas, dentre outros. Em janeiro fui a campo com a turma de especialização em Direitos Sociais do Campo,

ofertada pela regional de Goiás. Ali o coletivo ouviu o vereador ligado ao movimento do campo, os líderes do assentamento e ao se dividirem puderam conhecer um pouco mais sobre a dinâmica cotidiana da comunidade. Em maio, afetada com a morte do D. Tomas Balduino debrucei nos estudos da luta pela terra, particularmente no município de Goiás. E, em setembro fui ao campo participar das festas religiosas da comunidade bem como reuniões internas para tratar da organização social da comunidade do Ferreiro, aqui entendida como o próprio P.A. Serra Dourada e as pessoas que eles recebem e aceitam como parte da comunidade.

A pesquisa participante das experiências vivenciadas pelos atores, agentes e sujeitos que se relacionam com o antigo arraial do Ferreiro foi registrada em vídeos e fotografias, que num outro momento poderei a partir da antropologia audiovisual do lugar e dos que o vivenciam. Além, claro, do caderno de campo, que ao analisar para a escrita percebo que o meu lugar de fala não era apenas o patrimônio. Descobri narrativas sobre as lutas pela terra.

Na terceira etapa (2015), a partir do uso da história oral os interlocutores diretos deste trabalho que fazem parte da rede de vivências cotidianas do Ferreiro - a relação do homem com a natureza, os saberes e fazeres populares e as ações preservacionistas do bem cultural – a igreja de São João Batista.

A festa na frente da igreja marca o (re)torno ao campo, e também, o (re)torno da celebração da festa de São João que por sua vez marca a apropriação do sagrado para a valorização do lugar, das pessoas, da memória coletiva além do assentamento para a cidade de Goiás que recorda as lembranças daquele antigo arraial e celebra a sua ressignificação. Mais uma forma de cambio entre os assentados e a cidade. Antes, o assentamento abastecia as mesas, as escolas, os mercados e feiras com a produção de alimentos. E, agora, também podem através da festa de São João, numa maneira prazerosa realizar as trocas socioculturais.

As etapas da pesquisa, também coincidem com a escrita dos capítulos: No capítulo 1 apresentação da organização social da comunidade de assentados que vivencia o sítio histórico Ferreiro, do século XVIII; A luta pela terra refletida no capítulo 2, nas figuras da anciã e do produtor, e, o último capítulo traz a reflexão sobre o uso social da igreja do Ferreiro enquanto patrimônio cultural vivenciada pela comunidade do Ferreiro em torno do sagrado.

O ingresso no mestrado possibilitou-me muitos voos. Foi na Antropologia que percebi o quanto estava “afetada” pela minha pesquisa. A reflexão sobre “alteridade próxima” (PEIRANO, 1999) possibilitou entender o meu lugar de fala. Era preciso escrever sobre a luta pela terra e sua dimensão no âmbito do patrimônio cultural e social. Nesta pesquisa objetiva-se analisar como os interlocutores vivem/transitam e representa diferentemente o Ferreiro – os assentados, os visitantes, os vilaboenses, os estudantes, e outros.

O recorte apresentado como resultado de uma pesquisa só foi possível pela perspectiva da tradução (GEERTZ, 1997), na observação das práticas, dos câmbios, as narrativas e descrição do lugar e das memórias coletivas que narram/apropriam do novo/atual Ferreiro em torno da terra, da luta e do sagrado.

Talvez o maior desafio metodológico deste estudo foi romper com a autoridade etnográfica tradicional, já que o que se propõe é uma etnografia dialógica e polifônica como sugere Clifford uma “produção colaborativa do conhecimento etnográfico, citar informantes extensa e regularmente” (CLIFFORD, 1998, p.54). Um trabalho não apenas do pesquisador, mais uma negociação construtiva e significativa envolvendo a comunidade-guardiã e as instituições públicas de cultura voltadas para as políticas de proteção e preservação do Patrimônio Cultural.

1- “Ou morria na luta, ou morria de fome”: A comunidade do Ferreiro (GO)

Na zona rural da cidade de Goiás, às margens do Rio Vermelho, poetizado por Cora Coralina, e no sopé da Serra Dourada, abriga-se 23 Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, o município com maior número de assentamentos do país. Estão também entre esses projetos os mais antigos, como o Assentamento Mosquito, que data o início do Movimento Sem Terra (MST), ainda na década de 1980, embora a luta pela terra já existisse, encampada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) que surge em 22 de julho de 1975. Consideradas o braço agrário da Igreja Católica, as CPTs encontram seu grande incentivador em Dom Tomas Balduino, na época bispo da prelazia de Goiás, hoje falecido, mas representado por outros membros, especificamente na Diocese de Goiás.

D. Tomás era responsável em boa parte por esta aventura pioneira, na forma de auxiliar os pequenos agricultores, desde o processo de acampamento até a constituição dos assentamentos. Seu falecimento em 2014 causou grande comoção nas comunidades camponesas e indígenas, mas seu legado ficou para a história do município como referência de luta e igualdade para os povos.

Ignorada durante as duas décadas da Ditadura Militar, em que pesa a vigência do Estatuto da Terra, a questão da Reforma Agrária foi uma das bandeiras da redemocratização do país. O presidente José Sarney, em 1985, criou o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Desde então, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) passou a ser o órgão incumbido de encontrar áreas públicas ou privadas assentar as famílias acampadas por todo o país, à espera de uma gleba de terra.

Quanto ao processo de formação dos assentamentos em Goiás, fica claro que o objetivo principal da concretização da luta pela terra é a “quebra de correntes”, pois a política coronelista oprimia a todos dispostos a realizar mudanças, já que muitas terras eram comandadas por coronéis¹ de Goiás. A origem das terras era duvidosa,

¹ Ver mais sobre o assunto com Francisco Itami Campos, autor do clássico Coronelismo em Goiás, resultado de sua pesquisa de mestrado pela UFMG/1975. O autor revela a configuração socioeconômica e o arranjo político que garante a dominação oligárquica tradicional, sedimentada por interesses baseados num único produto (gado) de exportação e monopolizada pelos fazendeiros pecuaristas, os coronéis, dentre os mais conhecidos os Caiados e Bulhões.

já que no período colonial não havia a devida preocupação com a legalidade, em termos de aquisição de documentos que comprovassem o real pertencimento da terra àqueles que a ocupavam.

Além dos coronéis, a Igreja, desde a Idade Média, também é uma das grandes proprietárias de terra, pois era habitual alguma pessoa deixar em testamento à Igreja ou ao santo padroeiro do lugar as suas terras. Assim, o processo de ocupação e distribuição da terra no Brasil ocorreu de maneira irregular, acentuando o enriquecimento de uns, os grandes coronéis que se apossavam ilicitamente das terras, em detrimento de uma maioria, empobrecida e expropriada de seu quinhão de chão.

Desta forma, os assentamentos era uma resposta ao sonho de ver a redistribuição, entre os camponeses, destas terras amealhadas irregular/ilicitamente por uma minoria ao longo da História. Mas, a “conquista pela terra” é apenas parte da luta. A meta principal é permanecer nela com tantas dificuldades, como a própria burocracia para os financiamentos e principalmente, a falta de assistência técnica por parte do governo, o que torna a permanência um grande “labor”, segundo os próprios assentados.

No segundo capítulo apresentarei alguns dados de campo a partir das memórias dos assentados, ligadas diretamente pela “luta pela terra” e o “assentamento como paraíso”. Mesmo inserido neste contexto de luta pela redistribuição da terra o Projeto de Assentamento Serra Dourada no antigo arraial do Ferreiro, tem dois enfrentamentos: 1) o projeto agroecológico coletivo que não vigorou. A ideia de propriedade sobrepõe da economia solidária. 2) E os mutirões são substituídos pelas negociações entre unidades produtivas. Essas memórias acionadas pelos sujeitos desta pesquisa me leva a revisão bibliográfica sobre a história da luta pela terra no município de Goiás, que caminha debaixo do guarda chuva da Igreja e Movimentos Sociais que pensam a terra como função social para a coletividade.

1.1 O antigo arraial do Ferreiro: os tempos inaugurais

Os arraiais goianos entram em cena no século XVIII após descoberta de córregos auríferos na região que deu origem aos núcleos urbanos. O antigo arraial do Ferreiro (ver mapa 01) é uma dessas antigas povoações goianas, anterior a 1727, conforme alguns relatos de visitantes daquele período – Saint Hilarie (1819); Pohl (1820); Cunha Mattos (1819) dos lugares anhanguerinos – Ouro Fino, Ferreiro, Barra também conhecido como Buenolândia e arraial de Santana, hoje conhecida como Patrimônio da Humanidade, a cidade de Goiás. O arraial está situado à leste da cidade de Goiás, distante 7 Km desta, e, recebeu esse nome em razão de seu fundador, um ferreiro, que à época do descobrimento das minas de ouro, se assentou no lugar, fazendo surgir ali um pequeno núcleo urbano, que atraiu um grande número de pessoas.

O bandeirante vinha acompanhado também do representante religioso, cuja função era levantar o cruzeiro e a capela junto às minas, símbolos de posse e marco inicial da povoação. Nas narrativas sobre os lugares coloniais, o cônego J. Trindade da Fonseca e Silva (2006) demonstra que a igreja, a família e a escola são os principais traços para definirmos a sociedade goiana.

O povoado do Ferreiro resistiu ao esgotamento da mineração e já no início do século XIX possuía 105 casas em 1819². O processo de depopulação urbana deu lugar a moradias de pequenos criadores e chácaras da emergente elite da antiga/primeira capital. E, na primeira metade do século XX ainda se registravam algumas chácaras na localidade, na divisa do espaço urbano com as habitações de pequenos agricultores e criadores.

Atualmente, verifica-se apenas um edifício do século XVIII: a Igreja de São João Batista, construída em 1761, e o cemitério anexo. Esse conjunto arquitetônico foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde 05/11/1953, inscrito no Livro das Belas Artes, volume 1, folha 79, inscrição 412- T-52. E, também pela lei Estadual nº 8.915 em 13/10/1980.

Este mesmo espaço é vivenciado desde 2000 por pequenos agricultores beneficiados pela Reforma Agrária - o P.A. Serra Dourada - representante de um

² Ver mais sobre a história da província e arraiais: MATTOS, 1979.

grupo subalterno da sociedade brasileira. A *comunidade* buscou junto aos órgãos e agentes do patrimônio pensar, sugerir e consolidar parcerias em prol da “revitalização” do lugar, que geraram algumas ações pró-patrimônio que serão analisadas nesta pesquisa.

Prancha 01: Reconhecimento de campo

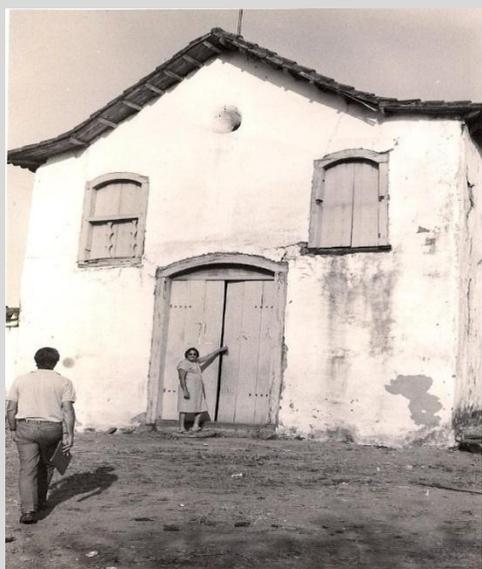


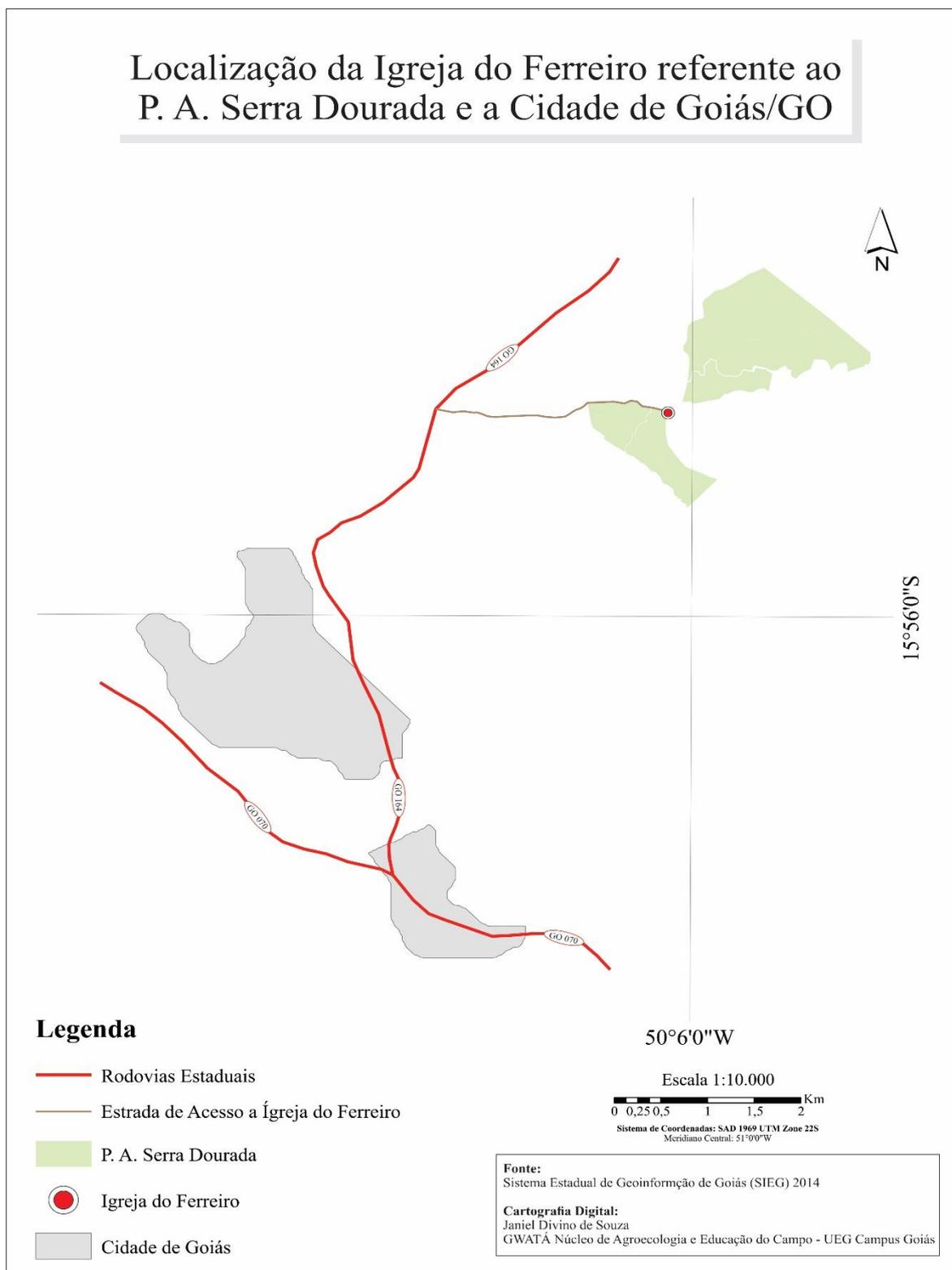
Figura 01: Arquivo IPHAN, 1991

Figura 02: Primeira ida ao campo/2009

Figura 03: Foto do arquivo da associação de moradores do P.A. Serra Dourada sobre a posse/2000

Figura 04: Placa do Projeto de Assentamento Serra Dourada, 2009

Localização da Igreja do Ferreiro referente ao P. A. Serra Dourada e a Cidade de Goiás/GO



Mapa 01 : GWATÁ - Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (Goiás/GO). Localização da Igreja do Ferreiro referente ao P. A. Serra Dourada e a Cidade de Goiás/GO . Goiás, 2015. Banco de dados interno. Escala 1:10.000.

1.2 O “tempo”³ do Projeto de Assentamento⁴ Serra Dourada

O antigo Arraial do Ferreiro é vivenciado e construído a partir 2000 por pequenos agricultores beneficiados pela Reforma Agrária, mediante o P.A. Serra Dourada (ver mapa 02). Aqui, entendido como território de práticas culturais de um grupo subalterno marcado por um contexto de luta em que resistiram por meio de uma mobilização político-social pelo reconhecimento do INCRA ao direito à terra, apoiados pela CPT/regional de Goiás.

O P.A. Serra Dourada, às margens do Rio Vermelho, afluente da Bacia do Rio Araguaia, objeto de planejamento, com 239,39 hectares de terras, foi originalmente, uma propriedade do Ministério da Agricultura⁵, conhecida como Fazenda Can-Can. A parte central desta área foi destinada à instalação do projeto piloto da Escola Família Agrícola de Ensino Médio, com apoio da CPT. Aproximadamente, 74,12 há (31%) da área de Reserva Legal, além de um sítio histórico do Brasil Colônia, localizado na fronteira do território.

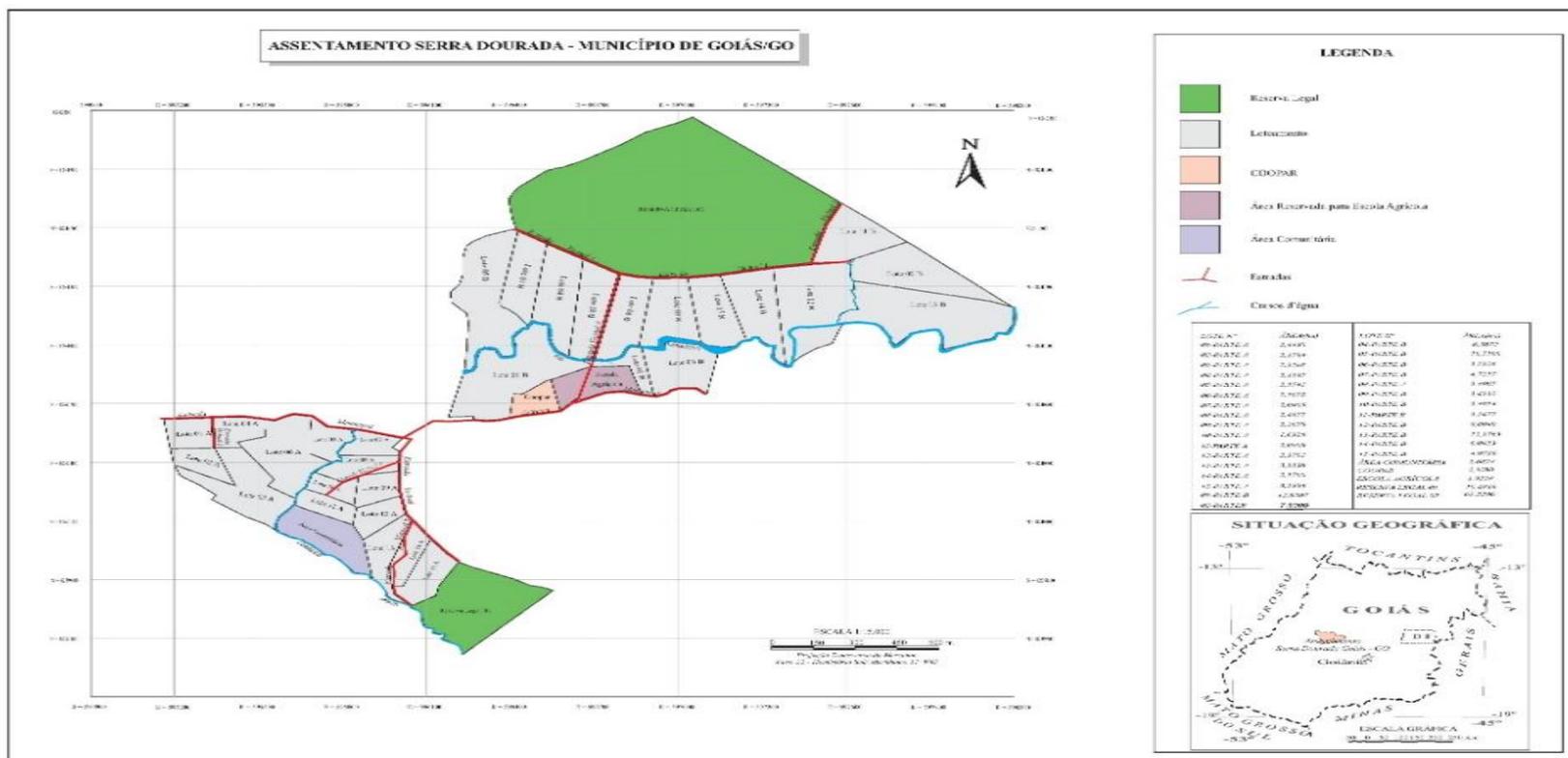
A terra do P.A. Serra Dourada, está distribuída dos dois lados do Rio Vermelho, nas proximidades da Rodovia GO-070, que liga Goiânia à Aruanã, é vermelha, de qualidade superior a de outros assentamentos. A área pertencia a União, que havia cedido em comodato a uma loja maçônica, que ali deveria instalar um asilo para menores. Esse projeto não vingou, e durante a década de 1990, a terra entrou no Programa de Reforma Agrária com mediação da CPT da Diocese de Goiás, na figura de D. Tomás Balduino.

O processo de construção identitária do grupo de assentados está relacionada com o processo de luta e posse da terra, seu reconhecimento e sentimento de pertença a um lugar. O assentamento é um território delimitado juridicamente pelo Estado; novo espaço de socialização e produção, estabelecendo-se novas relações de vizinhanças e afinidades. São os agentes do P.A. Serra Dourada os responsáveis por acionar nova criação de laços no/do território.

³ O tempo pode ser aprendido pelas pessoas na convivência com a natureza e nas relações sociais. Ele é apreendido pela memória individual e também subjetivamente nas situações que envolvem emoções, como expectativas e ansiedades.

⁴ A partir de agora será usada apenas a sigla P.A. para se referir a Projeto de Assentamento.

⁵ A terra sem donos é considerada pela Constituição Federal como terras devolutas, pertencentes à União.



Mapa 02 : GWATÁ - Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (Goiás/GO). Assentamento Serra Dourada - Município de Goiás/GO. Goiás, 2014. Banco de dados interno. Escala 1:15.000.

No total 15 famílias foram beneficiárias, cerca de 80% já residiam no Estado de Goiás e há mais de 03 anos estavam sob acampamentos de lonas plásticas, a espera de uma oportunidade para obter um pedaço de terra. As famílias ali agrupadas 95% são de origem de trabalhadores rurais, 11% tem experiência como pedreiro, carpinteiro, motorista, eletricista, tratorista, vaqueiro. Os participantes desse grupo foram selecionados e identificados pela CPT e INCRA que mediarão às doações das terras e não ocupadas, como no caso dos demais assentamentos da região.

Um dos importantes aspectos evidenciados junto ao grupo foi a relação anterior com o trabalho assalariado na agropecuária, significando 82% das famílias. Neste caso, a experiência pregressa da maioria no ramo agropecuário fortaleceu a adequação do grupo para assumir seus novos papéis no Projeto de Assentamento Agroambiental Serra Dourada⁶, caracterizado por pessoas que tem suas vidas apoiadas na atividade rural e muitos detêm conhecimentos tradicionais sobre o Bioma Cerrado.

Os (des)locamentos de pessoas/assentados no P.A. Serra Dourada chama a atenção, pois quando cheguei em campo uma família/parcela estava em processo de homologação. E, na volta ao campo (2013) encontro outras duas novas famílias. No arquivo do INCRA, o sistema de informações de projetos de reforma agrária tem os seguintes critérios de classificação do candidato, dividido em critérios básicos e definitivos complementares: Tamanho da Família (TF); Força de Trabalho (FT); Idade do Candidato (IC); Tempo de Atividade Agrícola (TAA); e, os definitivos suplementares: Renda Média Familiar (RMF); Mora no Município (MM); Moradia no Imóvel (MI); Tempo de Residência (TR), retratados na tabela 01. Vejam também os gráficos comparados que trazem um panorama sobre a organização social do assentamento (gráfico 01), além da classificação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos assentados nestes quinze anos de formação (gráfico 02):

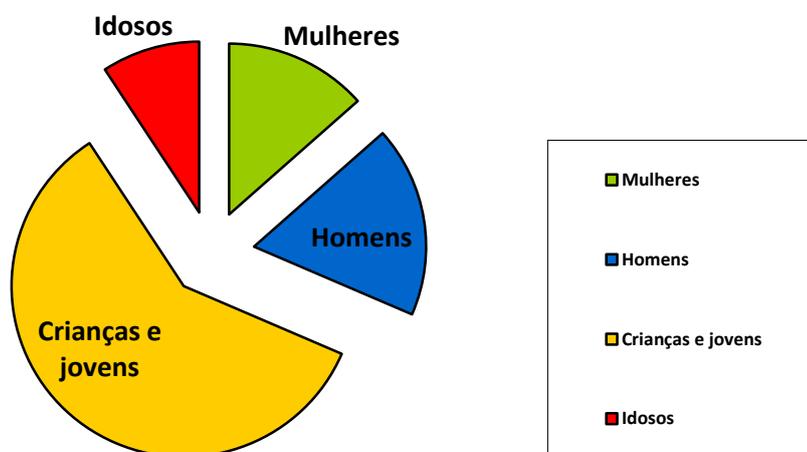
Tabela 01: Critérios de seleção do candidato à assentado pelo Incra

⁶ Primeira versão do projeto de Organização Espacial/Plano de Parcelamento do P.A. Dentre os selecionados, 13 famílias desejaram participar do sistema de organização semi-comum, e 07 foram transferidas para um projeto com unidades agrícolas familiares individuais. O plano levou em consideração a aptidão agrícola das terras, o mercado local e regional e a necessidade educacional voltada para a agropecuária – EFA. Assim, foram projetados 15 parcelas e 03 áreas comunitárias, 02 áreas destinadas à reserva legal e 01 à EFA.

RESULTADOS DA SELEÇÃO PARA LEGITIMAÇÃO

PROJETO : GO170000 - P.A SERRA DOURADA												MUNICÍPIO = GOIÁS	
Nota Máxima: 100,0													
CANDIDATO	CRITÉRIOS DEFINITIVOS											NOTA GERAL	CLACIFICAÇÃO
	Critérios Básicos	Critérios Complementares				Critérios Suplementares							
		TF	FT	IC	TAA	RMF	MM	MI	TR	SO			
MULHER	54,0	2,8	2,7	4,0	4,0	4,5	3,0	5,0	3,0	0,0	83,0	2009	
MULHER	48,0	2,8	0,9	4,0	4,0	0,5	3,0	0,0	0,0	0,0	63,2	2013	

Gráfico 01: Configuração da organização social do P.A. Serra Dourada, 2014.



Há uma grande dificuldade dos assentamentos acessarem efetivamente as políticas públicas, talvez por falta de assessoria técnica. CPT e SEBRAE já desenvolveram algumas assessorias, mas ainda falta o acompanhamento, a formação técnica e principalmente, a continuidade das ações na comunidade. Transporte e estruturas de estradas e pontes são precários e dificulta o acesso dos mais jovens à educação e os mais idosos à saúde. Muitos estudam na cidade de Goiás para cursar o ensino fundamental e médio. Quando optam pelo nível superior, muda-se para a cidade ou desistem do curso em detrimento do trabalho para complemento da renda familiar.

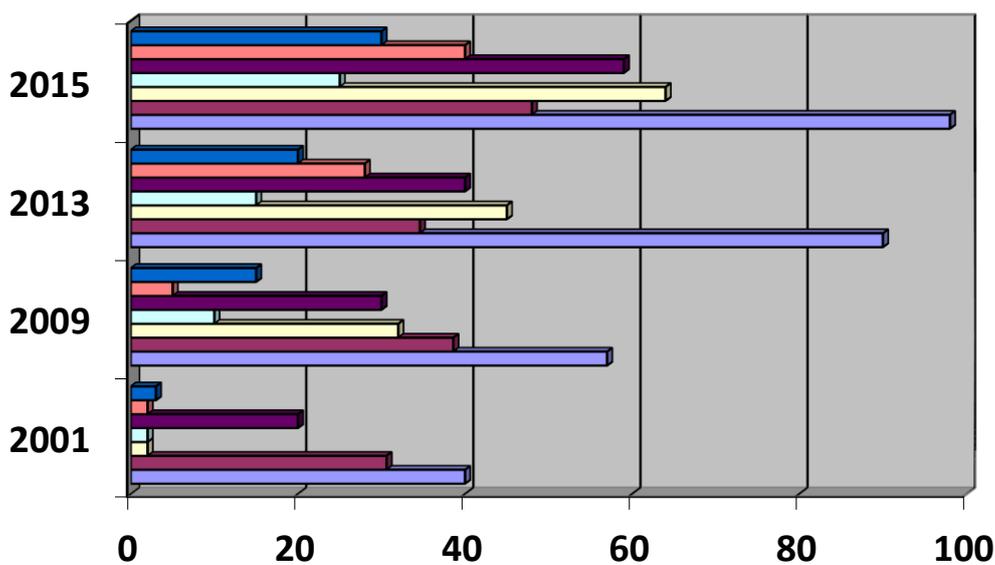
O assentamento possui 15 parcelas e uma área comunitária dividida com a Escola Família Agrícola de Goiás EFA-GO de 05 hectares que é da EFA-GO, cedida pelo INCRA, em regime de comodato, para a instalação da ação comunitária com o ensino médio técnico. Além destes possui mais uma área de 7,2 hectares, local que se realiza as atividades do tempo-escola que conta com

uma estrutura razoavelmente boa, com cerca de 20 a 26 jovens matriculados, e, possui 9 a 11 profissionais remunerados pelo Estado/SEE.



Foto 05/06: Visita técnica para desenvolvimento do Diagnostico Rural Participativo – DRP/2014

Gráfico 02: Classificação das atividades econômicas desenvolvidas no P.A.



	2001	2009	2013	2015	
Agricultura	40	57	90	98	1° lugar
Pecuária	30,6	38,6	34,6	48	3° lugar
Prod. Beneficiário	02	22	45	64	2° lugar
Artesanato	02	10	15	25	7° lugar
Educação	20	30	40	59	4° lugar
Agroindústria	02	05	28	40	5° lugar
Turismo	03	15	20	30	6° lugar

O P.A. Serra Dourada conta com boa organização e infra-estrutura. A produção é diversificada, eles produzem milho, mandioca, dentre outros. Seu carro-chefe são as hortaliças, primeiro lugar do gráfico. Há ainda a produção leiteira, de pequenos animais (3º lugar), bem como produtos beneficiados – pamonhas, pães, quitandas, mel, queijos e derivados e etc, tanto para consumo quando para comercialização (2º lugar). A educação (4º lugar), a agroindústria (5º lugar), o turismo (6º lugar) e o artesanato (7º lugar), ainda que de forma tímida tem sido pauta de debates entre os assentados, e, possíveis parceiros, como as universidades presentes no município de Goiás, via as questões de pesquisa e extensão.



Foto 07/08: Visitas de campo nas parcelas das famílias assentadas, 2013.

A Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Goiás e Região - COOPAR⁷ em parceria com a ONG italiana *OIKOS* mediada pela CPT realizou a implantação da agroindústria familiar de produção de polpas de frutos do cerrado com assessoria técnica da agrônoma Luciana Soares. A CPT também realizou o projeto de implantação do Horto de ervas medicinal sob a orientação da Maria Luiza, membro da CPT e responsável pela Casa da Agricultura –

⁷ Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Goiás e Região – COOPAR: Constituída em 26 de fevereiro de 2007, está localizada no assentamento Serra Dourada e congrega 70 famílias assentadas. Os principais objetivos da Cooperativa é administrar os interesses econômicos de seus associados(as), congregando(as)-os(as) de modo que desenvolvam todo seu potencial interativo, sobretudo nas atividades de Trabalho, Produção, Comercialização e Consumo. A cooperativa possui as seguintes linhas de comercialização: fruticultura, olericultura, panificação, doces, pamonhas, apicultura, aves, ovos, plantas medicinais, alimentação integral, cereais e multimistura. Participa de feiras, seminários, eventos e conta com intensa participação das mulheres na direção administrativa da cooperativa. Desenvolve atividades referentes a conservação e preservação do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais.

espaço que são ofertadas ervas, mel, pães integrais, remédios caseiros, licores do cerrado, sabonetes, balinhas de gengibre, multimistura, dentre outros elementos produzidos pelos sujeitos do campo.

Dentre os 15 assentados, somente seis fazem parte da COOPAR – Zé Osmar, Zezinho e Clarice, Maria da Glória, Valdison e Altamiro (secretário, técnico agrícola e assentado cerca de quatro anos), que entregam produtos para escolas municipais e creches da cidade de Goiás através de programas do Governo Federal. O excedente é vendido em feiras livres, supermercados e bairros da região.



Fotos 09/10: assentado do P.A. Serra Dourada é secretário da nova diretoria da COOPAR/2015; ponto temporário no Mercado Municipal de Goiás, da família comerciante e assentado no P.A. Serra Dourada, 2015.

A base produtiva dos assentados estrutura-se na agricultura familiar, homens, mulheres e filhos trabalham em prol do sustento familiar, sem a necessidade de mão de obra externa e assalariada, sendo o trabalho coletivo a marca do desenvolvimento econômico do núcleo familiar. A agricultura familiar tem sido considerada a opção mais barata para geração de renda e ao mesmo tempo representa a desaceleração da migração campo-cidade, segundo dados do IBGE. Ocorre uma grande variação da renda familiar – e a maioria dos assentados conta que já recebeu algum tipo de financiamento e, mesmo assim, demonstram dificuldades com o planejamento e aplicabilidade dos recursos.

Apontam que ainda existem problemas de convívio no assentamento, alguns gerados pelo re-parcelamento, outros, de re-distribuição das tarefas

coletivas, além da falta de investimentos, principalmente no que tange a propriedade definitiva as famílias/parcelas. Segundo um assessor da CPT, o P.A. Serra Dourada tem maior acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)⁸ que outros assentamentos do município mas ainda não se aplica a programas voltados para as mulheres e os jovens do assentamento.

É importante ressaltar que as mulheres do assentamento atuam na produção, se dedicam diretamente ao espaço doméstica sendo esta atividade desconsiderada como trabalho. Algumas dessas mulheres têm mudado a configuração do trabalho familiar, tornando-se as chefas das famílias.

Desde o acampamento dos sem-terra de beira de estrada até a organização social do assentamento tem-se presenciado a existência de conflitos, o que me leva a refletir sobre os conceitos de território, parentesco e campesinato.

⁸ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF é um programa do Governo Federal criado em 1995, com o intuito de atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família.

1.3 Território(s), de quem?

Temos a princípio, uma área de pesquisa representada por um território, congregando o P. A. Serra Dourada e propriedades de familiares tradicionais da cidade de Goiás de onde provém o sentimento de pertencimento – a ligação com a terra. Tal relação nos leva diretamente ao conceito de território que conecta temas como cosmovisão de mundo, parentela, natureza, economia, sentidos religiosos entre outros.

Pode-se compreender território partindo de diferentes ciências. Na opinião do geógrafo Milton Santos:

“o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 2002, p. 10).

A reforma agrária pode ser vista como um ritual pelo qual passa a maioria dos trabalhadores rurais sem terra que hoje se encontram nos assentamentos, como é o caso do P.A. Serra Dourada. O rito de passagem (TURNER, 1974), primeiro, o acampamento é a fase que define a formação de um grupo mais ou menos coeso, e, segundo, o assentamento é marcado pela vitória da luta pela terra e que se exige habilidade em conduzir o processo de organização social da *comunidade*.

Então, atualmente comunidades rurais se reterritorializam através da luta pela terra, no caso dos indígenas e quilombolas e da implantação de projetos de assentamentos da reforma agrária, no caso dos sem-terra.

Assim, a partir do P. A. Serra Dourada é possível falar de território como representação social e simbólica, um modo como pessoas e o grupo organizam suas relações sociais e produtivas – é uma concepção de mundo. Por isso alguns autores preferem outros termos, como ruralidade (WOORTMANN, 1990), já dizia Guimarães Rosa “o sertão é dentro da gente”, campesinidade (BRANDÃO, 2004) como *ethos*, uma identidade, uma sociabilidade, um modo de ser na relação com a natureza e a territorialização (OLIVEIRA, 1998) como conceito antropológico relacionado às formas de organização.

Para os autores citados o consenso é que o uso do território perpassa pela questão de poder, principalmente, quando diz respeito às lutas de comunidades rurais - quilombolas, indígenas e assentados. Nessa perspectiva, fica clara a definição de Sack (1986, p. 13) elencando que o território surge da “tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”.

Na última década do século XX, João Pacheco de Oliveira Filho, antropólogo vinculado ao Museu Nacional/UFRJ dedicou-se aos processos de territorialização no Brasil aplicados às comunidades indígenas e quilombolas. Aponta-se que territorialização vem a ser uma forma de reorganização social. É, sem dúvida, um desdobramento da ação colonialista que historicamente vitimou indígenas, quilombolas, camponeses e outras populações em território nacional. Desta forma, o autor afirma que territorialização:

[...] vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso) [...]. As afinidades culturais ou linguísticas, bem como os vínculos afetivos e históricos porventura existentes entre os membros dessa unidade político-administrativa (arbitrária e circunstancial), serão retrabalhados pelos próprios sujeitos em um contexto histórico determinado e contrastados com características atribuídas aos membros de outras unidades, deflagrando um processo de reorganização sociocultural de amplas proporções (OLIVEIRA, 1998, p.56).

A territorialidade é percebida como o vivenciar e experimentar o espaço território, ou seja, de várias formas de apropriação material e de diferentes significados simbólicos do território.

De acordo com Milton Santos o estudo de territorialidade como identidades locais/territoriais, sua apropriação, uso e significado passa por três dimensões. A primeira é a dimensão simbólica, ou seja, o sentido de pertencimento e lugar. A segunda dimensão o autor pontua o aspecto material, que representa a existência física e o uso que se faz deste território e a terceira dimensão constitutiva deste território, faz referência ao poder, uma alusão as relações de disputa pelo domínio do espaço político.

Seguimos nesta linha, a possibilidade de conexões entre pessoas no/do território do Ferreiro sobrepondo os laços consanguíneos pelos laços de

afetividade solidariedade e obrigação moral, uma vez que estabelecidos tais vínculos, fortalecem as relações ali constituídas.

Sendo assim, a construção social do território da comunidade do Ferreiro perpassa a questão do parentesco, de modo especial à categoria compadrio.

Contudo, a pesquisa demonstrou ainda que uma outra temática está presente na construção social do território do Ferreiro: as memórias da luta e o tema do patrimônio.

Uma vez assentados numa localidade em que existe uma construção histórica, a igreja de São João Batista, tombada pelo IPHAN, a dimensão de poder tão visível na luta pela terra ganha aqui um contorno especial por esta ligado também às práticas de poder que tem sido observado nas políticas patrimoniais brasileiras desde 1937, vistos nos próximos capítulos.

2 – Algumas vozes do Ferreiro: Diálogos com a Anciã e o Produtor

Por conta da minha maneira particular de pensar (com) a História⁹, este capítulo traz uma (re)visão histórica da questão da luta pela terra em Goiás, e, esta escolha se dá quando entro no mestrado e me relaciono mais diretamente com os sujeitos da pesquisa (assentados) com suas memórias “quentes” do processo da luta pela terra até o assentamento que é para dona Joana, a anciã da *comunidade*, o seu *paraíso*. E, ainda como pano de fundo traz a reflexão sobre o processo/movimento camponês de lutar por terra e também o processo/movimento camponês de se inscrever na História, como sujeito. Uma questão de Direitos Humanos, que me coloco ao lado dos interlocutores da/na pesquisa. Escolhi trilhar os caminhos dessa pesquisa tendo por bússola a pesquisa participante (Brandão, 1985), por isso a narrativa reflete sobre o trabalho do antropólogo.

Meu papel de pesquisadora soma-se ao papel de facilitadora. E, a *comunidade do Ferreiro* como sujeitos do processo. O exercício se dá em perceber como os assentados (re)construíram o Ferreiro. Os usos do/no cotidiano, as sociabilidades e as manifestações naquele lugar pulsavam “dentro” e “fora” [de mim]. Os laços de compadrio¹⁰ foram os rastros percebidos que me levou a ver as relações dos assentados com o lugar, sobretudo sua forma de organização social e a projeção dos sujeitos em protagonistas da luta pela terra.

A intenção da narrativa, então, é ir além da contextualização da luta pela terra no município de Goiás. As escutas etnográficas no P.A. Serra Dourada traduzem as memórias da terra – a luta, o plantar e o viver, enfim, o jeito camponês. Por isso, este capítulo apresenta dois interlocutores do assentamento: a anciã, dona Joana e o produtor político, Altamiro. Adiante percebemos que estes também representam as demais famílias do P.A. Serra Dourada, e, num olhar mais íntimo toda a comunidade do Ferreiro.

2.1 Representações históricas da luta pela terra em Goiás

⁹ Sou licenciada em História pela Universidade Estadual de Goiás.

¹⁰ Os laços de compadrio apresentados pela comunidade não foram descritos nesta pesquisa, visto o recorte da luta. Essa forma de conexão revela os que pertencem ao assentamento, ligados pela terra, e, os que pertencem à comunidade – os novos membros: padrinhos, noras, netos, dentre outros aceitos pelo grupo. Fica para um possível aprofundamento em que o parentesco também é determinante na organização social do grupo e na garantia da coesão, proteção, solidariedade, afeto e vida comunitária.

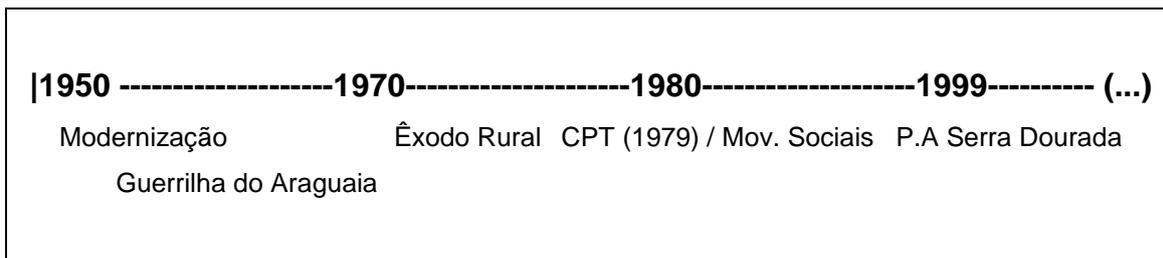


Figura01: Linha do tempo sobre a história da luta pela terra em Goiás

Na década de 1950 intensificou-se no Brasil o processo de modernização do campo. A expansão da fronteira agrícola se fez por todo o país e foi trazendo significativas transformações tanto para a economia como para aqueles que tiravam do campo a sua subsistência.

A modernização não trouxe apenas um considerável aumento na produção agrícola e na exportação na década de 1970, mas, também, trouxe consigo grandes impactos ambientais, com excessivo uso de agrotóxico e, por consequência, forte desgaste do solo. E mais do que isso, contribuiu para a descaracterização de um modo de vida gerando desemprego no campo e o consequente êxodo rural. A modernização da agricultura como modelo expulsou camponeses, posseiros e meeiros de suas terras.

Atualmente, a questão da terra se evidencia através das disputas por grupos ou projetos que beneficiam partes específicas da sociedade e se encontra, inclusive, como pauta na agenda do governo desde os tempos de João Goulart. As elites agrárias que ocupam grande parte da bancada do governo, alimentam cada vez mais o agronegócio mantendo-o como modelo de concentração fundiária e aumentam mais o número de vítimas trabalhadoras rurais.

Embora a discussão tenha grandes proporções, esta pesquisa delimitou-se ao município de Goiás que entre os anos de 1980 a 2013 em que se protagonizou um intenso processo de reforma agrária apoiado pela Diocese de Goiás e CPT, e, representaram junto ao INCRA o interesse de investimento na prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) somada às ações de desapropriação de fazendas para a Reforma Agrária e acesso à educação do campo por meio do Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária - PRONERA, como os casos, de doação para implantação do P.A. Serra Dourada

em 1999, e a oferta do ensino médio-técnico em agroecologia da Escola Família Agrícola de Goiás – EFA(GO).

A atuação dos movimentos sociais busca na reflexão dos acontecimentos históricos e processos de luta camponesa resistir às imposições dominantes advindas da classe latifundiária associada ao capital financeiro e o fortalecimento da agricultura familiar. Claro, a reforma agrária, como política do Estado seria excelente não fosse a consequente problemática da permanência da terra, do acesso aos créditos do governo, da instabilidade da propriedade, esta última questão levantada por vários assentados.

Um grande destaque que justifica a ampliação do debate sobre o campesinato na região de Goiás foi o conflito entre camponeses e grileiros ocorrido em Trombas e Formoso (1950-1957) que vitimou os posseiros, muitos deles trabalhadores rurais, mas que ganhou repercussão por ter sido uma das poucas revoltas vitoriosas no Brasil República. A revolta criou quase uma “República de Trombas e Formoso”, mas foi duramente reprimida durante a ditadura. Camponeses desapareceram, o medo foi instaurado e ficaram uns tempos quietos.

O evento de Trombas e Formoso caracteriza-se em uma experiência de luta que se configura pela resistência armada de camponeses do norte do Estado de Goiás, no Brasil, em meados da década de 1950, que se rebelou contra o processo de expropriação de terra liderada por um grupo de grileiros fortalecidos pelo legitimado suporte do governo do Estado. O evento reconhecido como Revolta de Trombas e Formoso se apresenta como um dos mais importantes conflitos camponeses do país, sobretudo, por seu protagonismo e organização política e social, tendo em vista a conquista do título das terras mediante o embate com grileiros e o próprio Estado. (DOURADO, 2014, p.14)

Após a vitória do movimento, a luta tomou força e a partir da década de 1970 ampliou as formas de organização camponesa, numa série de fatores, inclusive inoperância dos sindicatos passando a ter como prioridades a luta pela terra, pela reforma agrária, por mudanças sociais, e, (mais recentemente) pela defesa dos povos originários - indígenas e quilombolas.

Com o golpe militar de 1964, camponeses da região da revolta de Trombas e Formoso foram torturados e perseguidos. Inclusive, o líder do movimento, José

Porfírio, foi caçado e preso pelos militares e até hoje não se sabe de seu paradeiro. Tal luta pela terra foi uma das mais importantes ocorridas no estado de Goiás e será referência na memória da luta camponesa e da importância da continuidade da luta e do movimento camponês.

Os movimentos sociais, os sindicatos, a universidade e a igreja são instituições importantes e necessárias neste processo de luta pela terra. Dentre estas organizações, a CPT - Comissão Pastoral da Terra - tem se destacado pelo seu papel pacificador, uma das mais atuantes, responsável pelas denúncias das violências ocorridas no campo, além da formação teórica e teológica sobre a terra.

Especificamente na Diocese de Goiás, a CPT representada na figura emblemática de D. Tomás Balduino desenvolveu “Centros de Treinamento de Líderes” e vem atuando desde 1980 junto aos grupos de luta pela terra no município. Hoje, as Escolas de Agroecologia, as pastorais da Terra e da Juventude discutem a luta pela terra, de onde vem a maioria dos participantes dos encontros.



Foto 11: D. Tomás Balduino na missa para entrega da igreja de São João Batista, 2012.

D. Tomás foi bispo da Diocese de Goiás, e, responsável em boa parte por esta aventura pioneira da luta pela terra no município. Seu falecimento em 2014 causou grande comoção nas comunidades camponesas e indígenas, mas seu legado ficou para a história do município como referência de luta e igualdade para os povos. Ele cedeu espaço para que os trabalhadores rurais fizessem suas

reuniões de formação política, de organização de sua luta sindical e, sobretudo da futura conquista da terra, enfrentando o latifúndio, a grilagem e seus jagunços.

A vivência religiosa, a espiritualidade da terra, o apoio necessário aos assentados e sobretudo os acampados na luta pela reforma agrária e, mais ainda, a reflexão sobre a reforma radical da estrutura fundiária do Brasil são atividades promovidas pela CPT local, o que fortalece os assentados a superar as crises, divisões internas e as pressões externas.

2.2 Campesinato: no triero da identidade e da política

Na história oficial são elencados os principais protagonistas dentro de uma visão binária de mundo - dominantes e dominados. Desse modo, o campesinato foi tido como um resíduo daqueles que se atrasaram para sair de cena, não era reconhecido como um movimento de força, luta e resistência.

A sociedade brasileira foi configurada por um modelo europeu fundado numa relação senhor/escravo que com o passar do tempo se transformou numa relação capital-recurso/trabalho.

O universo camponês é um espaço de movimentos, deslocamentos que, em inúmeras situações, evidenciam lógicas de reprodução da condição camponesa. Woortmann(s) nos dizem que “para entender o camponês é preciso olhar o mundo através dos ‘óculos’ pelos quais eles o lêem”. Essa compreensão é trazida por Brandão que define a antropologia do campesinato pela visão do nativo e o experimento dos "saberes e fazeres" do meio rural.

Ainda, Brandão (2004) demonstra o "ethos da campesinidade¹¹" como sendo uma categoria já cunhada por Klaas Woortmann na antropologia moderna. Esse "ethos da campesinidade" não está presente apenas no modo de vida camponês, ele passa pela tradicionalidade que ainda permanece no morador urbano. As questões morais da honra, da dicotomia entre o certo e o errado fazem parte desse "ethos", que está no todo da vida social. Portanto, a ética camponesa pode ser descrita como um conjunto de valores morais

¹¹ Ver mais sobre ethos da campesinidade em K. Wootmann.

tradicionalmente aliados com o rural, tendo ela três princípios: a honra, a reciprocidade e a hierarquia ligadas à terra, a família e ao trabalho.

No Brasil, a categoria é reconhecida pela produção para o mercado fundamentada no recrutamento de mão de obra familiar – investimento organizativo da condição de existência desses trabalhadores e de seu patrimônio material, produtivo ou sociocultural. É constituído por poliprodutores, integrado ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo, enquadrado numa capacidade de adaptação aos novos modelos de produção impostos pelas classes econômicas dominantes – uma política de Estado.

De categoria de identidade para categoria política, ainda generalizada, impõe-se um entendimento mais amplo do universo em que o camponês produz e reproduz. Percebe-se uma luta de classe constituída no campo pela condição de vida e produção (camponesa) tendo como principal vilão, atualmente, o agronegócio. Quanto mais se avança na pesquisa e no reconhecimento da organização/condição camponesa, mais se consolidam a importância e a amplitude do número de agricultores, coletores, extrativistas, ribeirinhos e tantos outros (há linhas de pesquisa que analisam essas categorias como campesinato, outras não), compondo essa posição social ou que investem para essa conquista.

O modo de vida camponês articula-se aos valores de sociabilidade familiar, de vizinhança, de parentesco e da construção política. Um “nós” voltado para o coletivo que se contrapõe ao modo de exploração da força de trabalho e submissão comercial. A organização camponesa participa da construção da sociedade brasileira. A luta pela terra tem além de caráter político, da construção do patrimônio pela/da terra, da condição de existir do homem do/no campo”, da valorização da forma de existência camponesa em sua dimensão sociocultural – formas de uso da terra, relação com os recursos naturais, relação de compadrios, dentre outras.

Apresentarei algumas escutas etnográficas para que vocês, leitores, possam conhecer o meu lugar de fala e dos interlocutores da pesquisa. Logo, estas duas escutas etnografias remetem ao(s) tempo(s) do mundo rural. Do mundo “Ferreiro”. Aqui, as memórias pulsam *a luta, o trabalho, o viver, o sossego, o paraíso*. O passado, o velho, o guia e o futuro, o novo, a esperança

em permanecer e exercitar o bem viver da/na terra. Essa condição de perceber o bem viver da/na terra foi possível pela participação nas atividades cotidianas das famílias, das festas religiosas, de aniversários, de reuniões políticas e de organização da própria comunidade, por exemplo, nas regras do uso do trator e o desuso da associação.

2.3 Escutas Etnográficas de “mundos rurais”

O processo etnográfico constitui uma forma de registro do modo de vida de outro sujeito, conforme a visão de mundo e o modo de pensar de sua cultura. É fazer uma abordagem procurando transformar o “familiar” no “exótico” e vice-versa. Observar costumes, hábitos, tendências de outros grupos para conhecer a nós mesmos. O que chamo aqui, de escutas etnográficas são as apreensões da *comunidade do Ferreiro*, na totalidade dos sentidos: tato, ver, escutar, sentir - a intensidade da [minha] participação do pesquisador no campo de investigações – o Ferreiro. Esse é o trabalho da etnografia.

A academia apresenta-me a história da antropologia, as teorias dos clássicos aos contemporâneos e os métodos de leituras etnográficas que me nortearam a encontrar o “pano de fundo” de que se tratava meu campo. E, claro que ao olhar de novo para o campo [a escrita], percebo que “[...] a experiência evoca uma presença participativa, um contato sensível com o mundo a ser compreendido, uma relação de afinidade emocional com seu povo, uma concretude de percepção [...]” (Clifford, p.38, 1998)

O “saber-fazer” da antropologia oficial a serviço do Estado-Nação com o projeto de colonização imprime nas sociedades não ocidentais o selo de “estranhas”. Um exemplo disso seria o que muitos ainda atribuem à figura do camponês como atrasado, rude, coitado, dentre outros pejorativos, enquanto os cidadãos, os urbanos seriam os civilizados.

Um dos objetivos deste trabalho, então, é mostrar como a antropologia (subversiva, em certa medida) pode contribuir para ampliar a reflexão acadêmica pela luta da Reforma Agrária. Na via oposta, se “cutuca” a antropologia oficial (nas entrelinhas) a se repensar em seu lugar de saber/fazer: de onde pisamos é que lançamos nosso olhar e, portanto, é a partir do nosso lugar de fala que

falamos. Se nos colocamos fora e acima de nossos interlocutores, obviamente produziremos conhecimento contra nossos interlocutores.

A *comunidade do Ferreiro* traçada no primeiro capítulo pela organização social num lugar de memória (LE GOFF,1970) onde situamos o contexto, o espaço e o(s) tempo(s). Ainda, insisto nesta categoria: tempo(s). As memórias dos interlocutores entram e saem da/na máquina do tempo, saltam aos olhos em piscadelas, dão voltas num movimento espiral. E, o tempo de escrita traz maturidade da própria “escuta”: observar, ouvir, ver, praticar as atividades cotidianas, e, por fim, escrever. Como escrever os arranjos da comunidade do Ferreiro?

Escolher dentre 15 famílias quais seriam aqui as representantes da comunidade foi talvez a tarefa mais difícil porque cada particularidade(s) me são muito especiais, e, gostaria mesmo dar voz e vez a todos. Mas, o tempo urge e passa velozmente. O tempo de novo, (re)aparece. Explico em seguida às escolhas: a primeira é dona Joana. Ela é a anciã da comunidade, e participou do processo de luta desde o acampamento. Traz consigo inúmeras outras categorias da terra ligada a noção de tempo: passado, solidão, morte, luta, sossego. E, por reverência aos mais velhos e uma homenagem a minha avó que fez sua passagem enquanto eu transcrevia os áudios dos interlocutores que compõe este capítulo.

O segundo interlocutor é o Altamiro e sua família que foram contemplados no penúltimo re-parcelamento [2010] do P.A. Serra Dourada e selecionados com mediação da CPT. Ele é técnico agropecuário e sua parcela segue o modelo de unidade produtiva agroecológica em campo [2009-2010]. Ali na parcela de Altamiro vivi a roça, numa multidimensionalidade da roça como território, como diz Brandão, ser isto a antropologia rural, do campesinato – a vivência desse mundo rural, nas comidas, na fé, na amizade, e também no trabalho e no conhecimento. As duas famílias apresentadas neste capítulo são representações desse processo de luta pela terra, e, claro, a luta pela permanência nela. Duas figuras: a anciã e o produtor representam as famílias na etnografia dos tempos do Ferreiro.

Trabalhar com as memórias das famílias me levou a outras categorias usadas na antropologia para entender e descrever sociedades e culturas.

“Organização Social”, “Campo”, “Campesinato”, “Patrimônio”, “Cultura”, “Fé”, “Festa”, “Mutirão”, “Propriedade”, que os leitores irão se deparar no caminho desta narrativa. Eu, particularmente, afetada (FAVRET-SAADA, 1990) com as categorias de “Compadrio”, “Família”, “Tempo”, e “Luta” porque traduzem os valores de troca, honestidade, aprendizado e dedicação.

Estas escutas etnográficas acionaram outros sentidos, além do ver. Como se fosse o efeito espelho. Vi mais sobre mim, e, agora, entendo meu lugar de fala, ao lado dos interlocutores. Sou uma aspirante antropóloga camponesa na (in)visível luta de viver. Agora, entendo também que não podemos ficar em cima do muro. É preciso se posicionar. A escuta tem como pano de fundo os tópicos anteriores. Assim, o próprio leitor acompanhará a trajetória da (re)volta a terra pelos passos de dona Joana e Altamiro.

2.3.1 Dona Joana, a expressão de uma luta!

A antropologia vem reforçar o que meus avós me diziam: “Respeita os mais velhos!”, “Escuta o que os mais velhos têm a dizer, menina!”. Na antropologia as

memórias, os relatos e narrativas do lugar e do acontecido estão ligados à figura do ancião, do guardião. Enquanto ouvia Dona Joana, senhora agradável, com voz rouca e mansa, aprendia mais sobre a velhice, principalmente da saúde na velhice, da solidão, da morte e também da luta.

A “luta” está presente nas memórias dos meus interlocutores. Dona Joana, 69 anos me mostra a luta como um processo do dia a dia e aparenta conforto cristão. Era uma das animadoras da comunidade. Por estar desde o início da caminhada, traz as memórias da luta a beira da estrada, também as temporalidades da/na formação do grupo, os deslocamentos de companheiros de luta, e a chegada/aceitação de novos:

“Não sei se foi 35 famílias ou mais que vieram pra cá, mas depois aí separou, porque não dava a terra era pouca, aí um bocado foram embora lá pra tal Serra da Mesa e a gente ficou aqui. 15 famílias ficaram aqui. Em 1999 a gente veio pra cá, aí quando foi em 2000 que eles deram o lote. Mas não deram nada, porque paga tudo depois. Só uma maneira de dizer” (Dona Joana, assentada, P. A. Serra Dourada)



Foto 12: Foto oficial da posse do Projeto de Assentamento Serra Dourada – sítio histórico do Ferreiro/Goias – arquivo da associação

A comunidade do Ferreiro viveu em sistema comunitário, na espera de relocação para as parcelas, segundo narrou Dona Joana: “Nóis morava pertinho lá que estava reunido, depois separaram. Foi bem depois que separou. Em 2002 que separamos a turma, os 15 cada um pro seu lote”.

Durante esses dois anos o Projeto de Assentamento e Associação era discutido com a comunidade, por intermédio de uma empresa licitada pelo

INCRA para construção do Plano de Desenvolvimento do Assentamento/PDA que atendesse aquele grupo alocado no Ferreiro.

A gente veio nessa época, e está até hoje. Quer dizer que eu desde o começo da caminhada eu estava. Agora esses outros que estão aí já foi depois. Sou a única que está aqui que foi dia 15 de novembro de 1996 que a gente entrou nessa caminhada. Agora lá onde a gente foi lá tinha 385 famílias. Era uma cidade, mas aí teve que repartir tudo. Foi lá perto de Taquaral. Primeiro a gente foi pra lá e depois veio pra cá. Aqui o Marcelo que era o Presidente do INCRA ficou muito assim... Com dó de nós na beira da estrada. Tava no Rio Formoso e aí ele foi e arrumou esse lugar aqui pra nós. Foi uma benção, aí a gente veio pra cá. Foi uma benção! Foi bom demais ele ter ido, porque às vezes se ele não tivesse ido a gente ainda estaria lá (dona Joana, assentada)

Ao ouvir as primeiras palavras de dona Joana nos deparamos com a sabedoria a partir de suas vivências. O fazer para ela sempre fez parte de sua rotina. Serviço pesado, aquele que ninguém gosta de fazer, lidar com a terra, transformá-la sem deixar consequências. É gente do trabalho pesado. Seus olhos de cansaço com marcas de sono mal dormido, com o corpo sentindo os pedidos da mente para colocá-lo em descanso. Os sinais dizem muito. Seus olhos são poços de sabedoria, as marcas dizem mais.

Em seu relato percebemos muita dor e preocupação. Mas isso são sinais do tempo. Um tempo que fica nas pessoas, permanece vivo e latente. Um tempo que vai e deixa suas marcas. As dores de dona Joana não são somente físicas, são constituídas de lembranças de suas experiências de vida na luta para obter sua parcela de terra, de onde vem seu sustento “tudo que é preciso a gente consegue obter da terra”. Ela clama que hoje não faz o que antes fazia. Mas seu amor pela terra é incondicional.

Ela diz que desde cedo foi acostumada a observar a natureza, ali nas suas modificações, que são quase imperceptíveis, “pois a cada ano era igual, hoje não mais, hoje as mudanças são enormes, veem a galope”.

Mas, dona Joana também se recorda dos tempos de beira de estrada, gente amontoada nas barracas de lonas. Tudo isso é lembrado com muita clareza. E fica evidente sua contribuição dentro da luta dos trabalhadores do assentamento. Dizer que ficar debaixo de lona não provoca comoção é dizer que o camponês não ama sua terra e quer vendê-la, reafirma.

“Debaixo de uma lona preta, durante o dia aquele calor horrendo, e a noite aquele frio doído. Quando era tempo de chuva era pior. Água pra você pegar, beber e fazer as coisas nossa mãe do céu! Era aqui como na casa da Sirlei [esposa do Altamiro]. Tinha que andar muito pra trazer

um balde d'água. Esse balde d'água pra fazer muita coisa porque senão nós não dávamos conta de buscar. Pra tomar banho era sofrimento demais" (Dona Joana, assentada, P. A. Serra Dourada)

Dona Joana diz que o camponês ama a terra com as suas mãos, enquanto isso passava a terra por entre seus dedos. Amar a terra incondicionalmente sem saber ao certo o porquê de tanto amor, por ela existir embaixo de seus pés, nos detalhes porque ela vai até aquela árvore robusta, ou porque tem uma mangueira com frutos doces e só uma parte da mangueira resolve dar frutos a cada ano.

Falar de dona Joana é ter de voltar ao passado de nosso Brasil central. É remoer os traços que ainda permanecem vivos da cultura cabocla. É expiar de perto os sinais que o tempo ainda insiste em conservar. Porque o tempo também conserva. O tempo mantém. As plantas do quintal, as ervas medicinais, pro mal olhado, contra inveja, e, frutas, muitas: abacaxi, mangas, coco, e um belo e jovem florido ipê amarelo na frente de sua casa. "Este ano ele floriu pela primeira vez, liguei pra Maria (Maria Luiza, agente pastoral e irmã da dona Joana) vir aqui dá uma espiadinha e tirar uma foto pra mim".



Fotos 13/14: Dona Joana e seu paraíso, 2015

Dona Joana é pessoa solitária, é cerne que anda, arrasta se for preciso, que o tempo insiste e não roer. Sua estatura é de impor respeito e suas palavras são de uma sabedoria. Chama os amigos para debaixo da mangueira, acende o cigarro e prosea para abafar a solidão. Ela tem na porta de casa o sossego que as galinhas lhe dão. Um quintal que fala ao seu leve clamor, uma sintonia com os saberes e fazeres do homem camponês que busca tudo a sua volta: alimentos, remédios, sossego.

Sua voz rouca e de potencia média diz da sua angustia da velhice. Uma angustia vivida no sossego da Serra Dourada. Sua única preocupação, seu velho

e bom pito caseiro junto aos dedos e a fumaça subindo para dar movimento em seu existir é a expressão de um conforto de alma. Pequenos hábitos particulares que nos remete a uma situação de não querer mais fazer parte de uma rotina que busque o supérfluo. São hábitos que mantêm a pessoa viva. Hábitos dos antigos que não se pode questioná-los. O viver a velhice requer paciência com as coisas de hoje e saber bem do que já aconteceu. Por isso, a solidão a acompanha em seu sossego de espírito.

Dona Joana é de olhar desconfiado, mas ao seu modo que expressa um tempo e suas relações com este é sinalizado/percebido a partir de ações de resistência. Portanto a expressão da luta pela terra é o valor fundante em seu cotidiano, por isso mesmo são estes os sinais do tempo expressados nos apontamentos de dona Joana.

O olhar é diferente. São olhar de questionamento, trejeitos familiares. Representa o comportamento de quem percebe o tempo de outra forma mais próxima da natureza. Jeito camponês! Essa é a expressão. Outra lógica de relação com o olhar. Expressa mais sabedoria do que destreza. Menos força mais jeito. Dona Joana dorme junto com a natureza, representa o comportamento de quem percebe o tempo de outra forma, bem mais próximo do tempo da natureza. Outro jeito de se colocar perante o mundo. Dona Joana é dessas mulheres que questiona e afirma sua posição em seu olhar que expressa um tempo de luta.

Luta diária que deixou sinais como forma de expressão de sua atual luta. Modelo de agricultura familiar. O olhar camponês sobre o mundo. Voz rouca e mansa, expressão de sabedoria, que não ganha no grito. A luta e a morte são suas únicas certezas. A terra como forma de luta diária. Olhar forte, defronte, de quem sabe o que faz e isso é expresso de forma bem peculiar. Certa *goianidade*, um jeito de ser camponês goiano e ainda mulher, é sinônimo de resistência expressa nas memórias de dona Joana.

Agora pra mim já foi mais do lado esquerdo. Porque no tempo do lugar de ter mais sei lá... Aí meu filho morre. Eu tinha só um, morreu com 27 anos. Depois que tinha dois anos que ele tinha morrido meu marido morre, aí ficou só eu e os netos. Os netos ficaram aqui comigo até um tempo e depois foram embora. Difícil né? Tem um senhor que trabalha comigo ele veio comigo. Eu planto mandioca, tenho mandiocas. Eu plantava roça, mas agora não mexo. Tiro leite e crio galinha, porco. Agora deu AVC em mim. Esse lado meu aqui a boca entortou pra cá. Agora pronto quase eu vou. Aí mas Deus é bom e não está no meu

tempo ainda. Aí quando eu vim de lá vim como animadora da comunidade. De primeiro era mais difícil assim tudo mais longe. Nós morava pertinho lá que estava reunido, depois separaram. Foi bem depois que separou. Em 2002 que separamos a turma, os 15 cada um pro seu lote. Aí eu fazendo novena, rezava terço, novena de natal em Taquaral, rezas e depois tinha a celebração. De uns tempos pra cá tem celebração todo mês, todo mês tem celebração da missa. Aí foi animando mais, o povo se abrindo mais, porque tava assim muito fechado. (Dona Joana, assentada, P. A. Serra Dourada).

Dona Joana é a luta pela permanência na terra. Essa permanência significa bem mais que valores materiais, pelo contrario o valor de troca, da dadaiva (dar- receber-retribuir) nas experiências e coisas como condutor de uma moral camponesa ligada a terra que transpõe o limite à norma culta para remeter a valores que são expressos no modo de vida, no trabalho na terra com as mãos que faz descer o suor no rosto. Ser camponesa é “ser da *labuta*, é ir a missa aos domingos e participar das festas religiosas”. As práticas vividas pela dona Joana dentro do P.A. Serra Dourada traz a tona toda uma vida de práticas políticas na luta pela terra em se faz presente nas cadeiras escolares em sua residência. Ela foi animadora da comunidade, na liturgia, em estudos bíblicos e também logo no começo foi professora em que tentou alfabetizar os outros assentados, sobretudo as mulheres, muitas delas, só sabem assinar o próprio nome.

Os bens para dona Joana são específicos, tem a terra como fio condutor e emana sabedoria. A terra fala, a terra se manifesta e a camponesa dona Joana é a imagem que melhor expressa essa luta cotidiana em que os valores são outros: da troca ao acumulo. Um paraíso chamado de *paraíso* que tem a sabedoria popular, as pequenas coisas transmitidas de boca a boca é o contato direto que dá o ritmo da vida camponesa, propiciado pela anfitriã dona Joana. Sua identificação com o lugar (P.A. Serra Dourada) é algo próprio do espaço/tempo considerado o lugar da luta da camponesa. Sua rotina diária está ligada a própria *comunidade* do Ferreiro.

Aqui é bom demais é tudo pertinho da cidade e terra boa pra agricultura. Todo mundo ficou alegre e satisfeito demais. Povo aí foi enfrentar e limpar os matos pra começar a plantar. Ficaram todo mundo motivado e alegre com o lugar bom demais e ninguém teve essa... Ninguém foi tão premiado como nós. Tem lugar bom, mas assim é difícil você chegar e por outro lado as vezes não tem um ônibus e não tem nada. Aqui também não tem não. Mas, passa e já é mais fácil de continuar a caminhada. (Dona Joana, assentada, P. A. Serra Dourada)

Mesmo com todas as adversidades citadas por dona Joana na luta pela terra e de sua permanência na terra, seu gosto em morar no que é seu supera todos os limites encontrados por ela. Seu amor pela terra supera os obstáculos da velhice, faz de conta que seus anos de luta na barraca serviram para acalmar seu coração e, este bate em sintonia com o movimento da natureza à sua volta.



Fotos 15/16: Vista do quintal e da varanda de dona Joana

O Ferreiro é expressão de luta. As conquistas são pequenas, são diárias. As pessoas veem com um histórico de luta que a terra é uma parte do patrimônio que estas pessoas acumularam ao longo dos anos de luta. A imaterialidade camponesa é posta a prova quando é dito para o camponês “agora você pode trabalhar e construir no que é seu e de seus descendentes”. A luta não termina, ela só muda de faceta. Ela, a luta, agora é para construir seu lugarzinho, sua casinha, seu pomar para manter seus costumes de ter fruta fresca a toda hora, melhor viver no que é seu no campo que na cidade.

Eu estava empenhada, mas quem mais estava empenhado era o meu marido, ele era doidinho por causa de uma terra. Mas foi muito pouco, muito pouco. Como é as coisas? Quem ia adivinhar que iria acontecer umas coisas dessas. Meu filho nossa! Tinha paixão por isso aqui e não teve. Graças a Deus! Por isso que eu falo a gente tem que plantar depois colher. Se você plantar boa semente você colhe fruto bom. Se você planta uma coisa ruim você não vai colher coisa boa. É desse jeito a vida da gente. Mas é bom demais. Não tenho vontade de sair daqui. Todo mundo fala porque você fica aí e vai pra cidade, sua saúde não permite isso mais, vai pra cidade e você tem um lugar pra ficar na cidade. Mas, eu não quero. Eu chamo aqui de paraíso. Então eu quero ficar aqui enquanto eu tiver dando conta, porque depois também não adianta. Aí tem que fazer o que eles querem(...). (Dona Joana, assentada, P. A. Serra Dourada)

2.3.2 Altamiro, o produtor de mudanças.

**Sabe o estilo de vida, estilo de vestir, o perfume, o cotidiano.
Pois é. Quando você se encanta por alguma coisa, você
descobre, você aprende, você conhece. Então é isso que eu
quero com a nossa parceria, despertar esse encanto em vocês
pela atividade do produtor.
Altamiro, assentado.**

Durante a visita técnica/aula prática do 2º ano de Agroecologia do Instituto Federal de Goiás pude observar as praticas cotidianas da parcela com a mediação da visita foi feita pela professora agrônoma Ana Claudia Lima Silva¹², sobrinha do produtor Altamiro, nosso interlocutor a partir de agora.



Fotos 17/18: Visita técnica/aula prática - 2º ano agroecologia/IFG

Altamiro, técnico agropecuário pela Escola Técnica de Rio Verde, ligado a CPT e, atualmente, é secretário na COOPAR. Ele e sua família conseguem em 2010 uma parcela no P.A. Serra Dourada que tinha sido abandonada pelo antigo assentado. Antes, Altamiro trabalhava em uma horta na chácara de seus pais. Vive na parcela com sua filha Tamyris e a sobrinha Viviane, considerada filha, pois mora com o casal desde bebezinha. E, entendo por família de Altamiro, mais dois membros que apareceram nesta etnografia: Ana Claudia, já citada e Gerson, afilhado de crisma (sacramento católico) da Sirlene e trabalhador rural na parcela.

Nesse dia contribuimos financeiramente para a alimentação que foi fornecida pela família visitada. O ônibus não conseguiu chegar até a parcela porque era período de chuva, e, caminhamos cerca de 3 km até chegarmos ao local em que aconteceria a visita técnica.

¹² Professora no Instituto Federal de Goiás no Curso de Agroecologia. Doutoranda em Agricultura na Universidade UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" - Campus Botucatu. Especialista pela Universidade Federal de Goiás em Direitos Sociais no Campo. Mestre em Agricultura na Universidade UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO" - Campus Botucatu. Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Goiás (2009). Membro do Movimento Camponês Popular.

Fomos recebidos com café da manhã preparado pela Sirlene. Nessa refeição os panificados eram derivados do leite e os ovos produzidos na parcela. A lógica foi repetida no almoço em que o único produto que não havia sido produzido na parcela foi a arroz.

Para a antropologia “oficial” acostumada com o exótico ou o atrasado, vi o interlocutor Altamiro um agente empoderado e político. Nitidamente, estava de frente com o produtor, não só o agrícola, mas o de mudança(s). E, com a possibilidade de uma “parcela” [para ambos, Altamiro e a mim] viu-se a oportunidade que tanto desejava para colocar em prática as metodologias que acreditava. Segundo o próprio produtor “a experiência é motivada pela ideologia de querer ser o produtor e não explorador. Mostrar que é possível produzir sem agredir o meio ambiente”.

Dentre as 15 parcelas, a de Altamiro e Sirlene surpreendem nestes somente cinco anos de assentados frente aos 15 anos do assentamento, sendo que alguns dos assentados precisam deslocar de seu lote para trabalhar para fazendeiros e fazer outros “bicos” no mundo rural.

“ Nossa atividade permite uma soberania no mercado. Pode parecer pouco, mas hoje a categoria que tem condições de impor de fato dentro de um governo é agricultura familiar Porque ela consegue uma soberania, diferentes de outras atividades que ficam independentes. Nós temos uma soberania. O café da manhã que vocês tomaram foi feito aqui e alguns produtos são daqui. O almoço a única coisa que vai vim de fora é o arroz e o resto tudo é daqui. A gente tem essa soberania alimentar. Não sei se vocês perceberam mas a comida foi feita com manteiga de porco!” (Altamiro, assentado, P. A. Serra Dourada)

A proposta original do PDA do assentamento prevê duas divisões produtivas: a primeira utilização da fauna/flora que seria a criação de animais silvestres e plantas medicinais (fitoterapia). A outra está relacionada a fabrica verde, ou seja, agricultura e pecuária dentro das exigências e cuidados ambientais. A CTP e a diretoria da Associação (hoje em desuso) cobraram soluções definitivas quanto a correção do PDA, isso no ano de 2001, já que foi feito sem consultar as famílias, sem nenhuma assistência técnica para a implementação do projeto. Isso dificultaria a liberação de verba para investimentos e custeios oriundos do próprio INCRA. A resolução do impasse foi o desmembramento do PDA, ou seja, a divisão de tarefas entre as esferas do governo. Então, seria a Agencia Rural Local encarregada da elaboração do projeto de Fábrica Verde. Não encontrei o PDA nos arquivos do INCRA. Alega-

se a transferência do processo deste assentamento de regional, antes pertencia a SR/DF, nem dados no governo local. Fica evidente que a falta da continuidade de Políticas Públicas é um entrave para o bom desenvolvimento do homem no/do campo.

O encontro do desejo de Altamiro e a formação da sobrinha Ana traduz o “novo” camponês, o que possui a alma camponesa e exercita o ato político frente às adversidades do agronegócio. O posicionamento daqueles que escolhem viver no/do campo para não cair na lógica do capital. Altamiro diz ao grupo de estudantes em que o conhecimento gerado socialmente é a sua grande meta - o encantamento e a sensibilização pelo mundo rural, a atividade de produtor familiar que abastece a mesa de todos nós.

Sei que muitos de vocês não irão exercer atividade, mas o encanto de vocês pela profissão seja qualquer profissão que vocês escolham é fundamental, porque o dinheiro e o recurso financeiro ele tem sempre uma consequência: seja consequência pelo o seu trabalho, consequência do prazer que você tem, consequência de um trabalho bem feito (Altamiro, assentado, P. A. Serra Dourada).

No município de Goiás não se tem experiência de prática agroecológica. Altamiro foi agente pastoral e analisa A CPT ensinou a ter o discurso político, mas não se apropriar da prática. Existe o debate teórico e teológico que também não se chega no campo, de fato. E, por essa formação na CPT ele traduz a luta de cunho político e de sujeito da sua [nossa] História.

No primeiro momento da visita, logo após a acolhida do café da roça, que é mesmo a sensibilização para o viver na roça, que é uma atividade pesada, mas também prazerosa. É também o momento para politizar o grupo de estudantes que aprendem as tecnologias da fabrica verde, e claro, tenham um panorama político e de resistência, de onde falamos.

Altamiro chama atenção para a Revolução Verde que é baseada no Capital. E, o camponês não gerava capital. “Ele produzia alimentos e não ia ao mercado comprar, ele não era consumidor”. Então, a única forma do capital avançar no campo era acabar com o campesinato, tanto que da década de 60 a 80 e com o apoio das Universidades, principalmente, dos cursos de agronomia voltados para o mercado.

Esse assentamento aqui gira 32 empregos diretos. Esse assentamento injeta na economia na cidade de Goiás mais de 62 mil reais mensais. Das 15 parcelas, 09 mexe com horticultura. 95% da horticultura consumida na Cidade de Goiás são dessa região aqui, o frango que

nós comemos o peixe, a carne de porco, a manteiga de porco, o peixe que a gente comeu, as verduras que a gente come, tudo que você come. Ai você não tem que precisa ir ao mercado pra comprar; isso é soberania. Você é soberano sobre aquilo, você tem autonomia sobre aquilo (Altamiro, assentado, P. A. Serra Dourada)

Nesta hora, a turma atenta a fala de Altamiro, uns se olham, como se agora, fizessem sentido, o jeito do dia-a-dia na parcela, casa, sítio, pedaço de chão de cada um dos presentes. A professora Ana Cláudia aproveitou a fala do tio e faz uma intervenção sobre a diferença da soberania e segurança alimentar, pertinente ao modelo de produção apropriado por Altamiro e família. Ana Claudia diz ao grupo de alunos que a soberania alimentar é um dos mecanismos para a permanência do camponês em sua terra, pois possibilita a fartura como objetivo, de se viver da terra. A terra como fonte de trabalho.

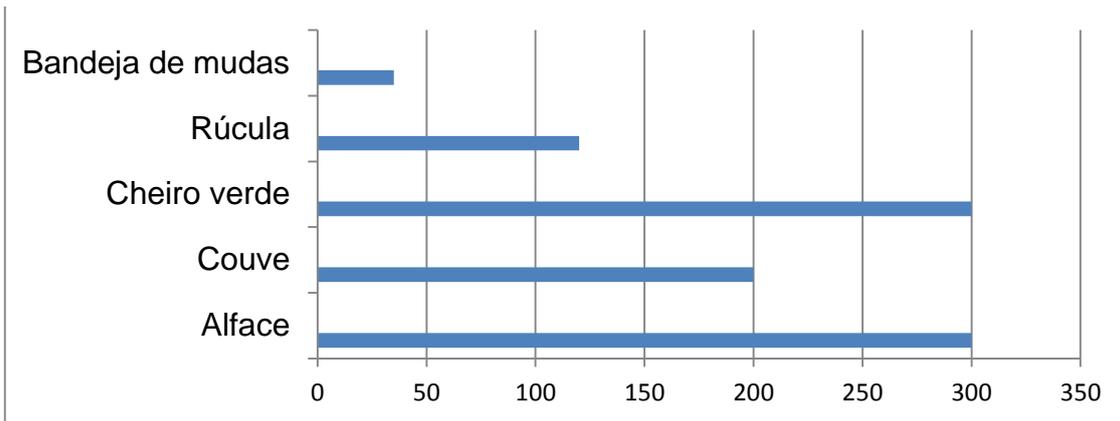
O agronegócio fala de segurança alimentar. A gente estava discutindo isso a diferença entre segurança e soberania alimentar, sabe tio. Quando a gente fala de soberania, Altamiro está falando do frango caipira, o que ele tira de resíduo da parte de colheita das hortaliças vai pra alimentação. A soberania está envolvida em todo processo, o trabalho é da unidade familiar, não é só a figura do Altamiro e da Sirlene, é o trabalho em conjunto. Assim a segurança alimentar, por exemplo, fala que é produzir alimento pra todos comerem independente do tipo de alimento. Então você pode está falando de alimento transgênico, uso intensivo de agrotóxico, uso abusivo do sol. Quando a gente fala soberania é uma perspectiva completamente diferente um alimento com qualidade, semente dele, feijão é dele, então envolve outros elementos que não só a quantidade de alimentos, mas todo outro processo de soberania, eu sou dona daquilo e a semente é o elo entre o começo e o fim. O que eu planto o que eu alimento, então ela é minha (Ana Claudia, professora de ensino técnico de agroecologia/IFG).

A produção que é obtida na pequena parcela de terra é efetiva para a sobrevivência daqueles que nela moram e trabalham. A área da parcela é de 2,5 ha. Desse total aproximadamente 1 há é destinado ao cultivo de hortaliças majoritariamente, pela proximidade com a cidade de goiás. Na parcela a família já trabalha com o substrato denominado bokashi (veja pág.35), que é aceito na produção orgânica, há três anos. São 16 estufas de 5x25 metros de tamanho, onde é desenvolvida a rotação com feijão. No ano passado (2014) perdeu-se a produção na área externa por causa do ataque com pombos. A produção é dividida em dois períodos produtivos distintos: “águas e seca”. Veja o gráfico comparativo de produção das hortaliças e bandejas de mudas (ver figura prancha 02).

Outra matéria aproveitada no cultivo de hortaliças é a "urina de vaca" é usada em cobertura e repelente e, é feita a aplicação 2 vezes por semana até a 3ª semana de desenvolvimento das folhas. O ciclo das folhas é de 6-7 semanas na seca e de 4-5 semanas nas águas. E, antes da semeadura para a formação das mudas, as bandejas são tratadas com cal para a correção e para o fechamento dos poros das bandejas de isopor. Toda essa dedicação com a produção de hortaliças é comunicada pelo Altamiro com gosto e satisfação do dever cumprido.

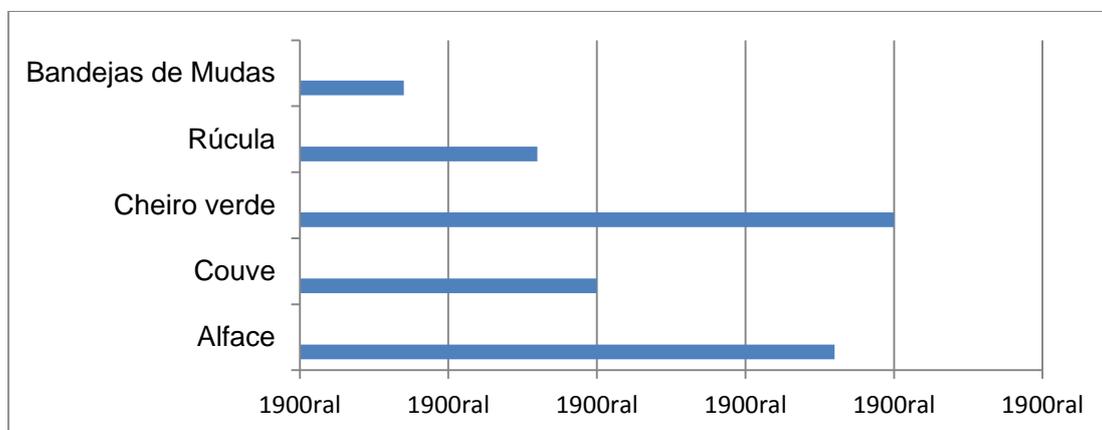
A produção de hortaliças é considerada rentável pelo produtor. Ele trabalha com uma clientela já fixa e entrega sua produção no estabelecimento/verduraço de seu irmão no bairro Joao Francisco, periferia da cidade de Goiás. A renda mensal é entre 3000,00 a 3500,00 e com qualidade de vida, que é difícil de encontrar na cidade. Altamiro ressalta os benefícios de morar na zona rural e obter o melhor da natureza com suas mãos.

Gráfico 03: Período das Águas – de outubro a abril



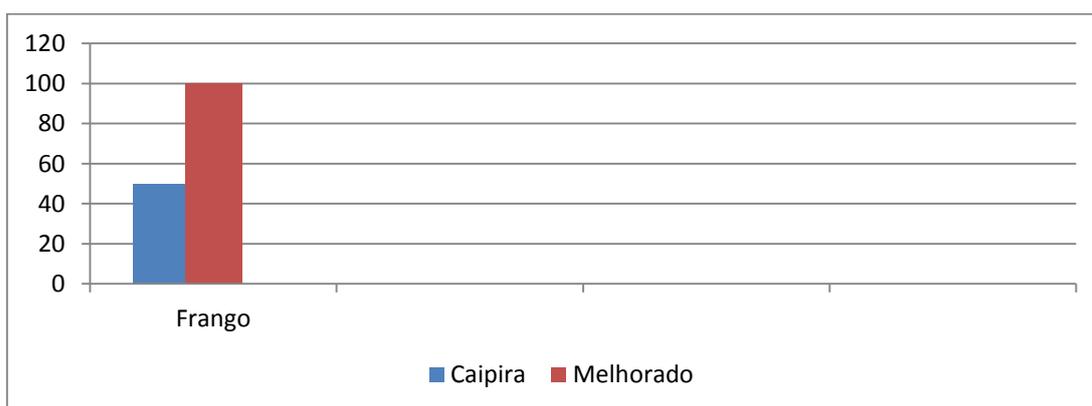
Quantidade referente a palitos de hortaliças. Já as mudas é expressa em bandejas

Gráfico 04: Período das Secas – de Junho à Setembro



- Quantidade referente a palitos de hortaliças. Já as mudas é expressa em bandejas

Gráfico 05: Produção de Frango



- Quantidade expressa em unidades/mês

Prancha 02: Produção de hortaliças e mudas / carro-chefe





Para aproveitar a perda de folhas e hortaliça da parcela, Dona Sirlene ficou responsável pela produção de frangos. Hoje são fornecidos 30 kg de folhas/dia para alimentação dos frangos no período da engorda. O objetivo da família é ter um galpão dividido em 3 partes: 1 parte para o frango caipira melhorado, 1 para o caipira, e a outra ficará para estocagem e mistura de insumos e demais necessidade da parcela. A comercialização desejada é de 100 frangos caipiras melhorados por mês e 50 frangos caipiras por mês, como complemento na renda da família, ou seja, uma saída para aumento da liberdade financeira da família. Essa possibilidade de aumento de renda por parte da esposa de seu Altamiro é uma alternativa para a mulher que quer ter uma fonte de renda sem ter que sair de casa.

Sirlene propiciou o encontro com as questões de gênero. Mulher, 35 anos, com formação somente da primeira fase do ensino fundamental, e, uma das responsáveis pela pluriatividades na parcela, por exemplo, a lida com a casa, a

alimentação da família, o cuidado com as filhas. Numa das entrevistas, ela cortava uma novilha.

As mulheres do assentamento poderiam ser a porta de entrada no campo. Quem sabe numa volta? Pelos olhos de cada mulher destaca-se pela produção, singularidades e representação viram a possibilidade de levantar mais aspectos da organização social da comunidade pesquisada.

As mulheres do Ferreiro são trabalhadoras não remuneradas, do ponto de vista, da seguridade social. Dedicam diretamente ao espaço doméstico, aos cuidados da família e a reprodução, sendo estas atividades desconsideradas como trabalho. Muitas delas são invisibilizadas no núcleo familiar, na comunidade, no mercado e no Estado, considerando, o acesso desigual aos recursos naturais e produtivos, o que nos apresenta o panorama de políticas pública para mulheres.

Ainda é pouco conhecida o percentual referente à contribuição das mulheres nas unidades/parcelas produtivas familiares. As mulheres do Ferreiro, na pesquisa, foram consideradas a partir do seu lugar dentro da família/parcela. Por isso, a preocupação com o reconhecimento da condição cidadã e da promoção de autonomia das mulheres no meio rural, já que no processo da pesquisa foi percebido que as mulheres são trabalhadoras não remuneradas e com baixa valorização.

A noção de gênero se relaciona com a cultura (STRATHERN, 1999; CASTERN, 2000; FONSECA, 2002, 2004; SCHNEIDER, 2003, 2006). A ação da cultura dominante determina as representações e comportamentos dos homens e mulheres, privilegia o homem-marido enquanto chefe de família e da propriedade. As mulheres cuidam da casa, dos filhos, da horta, das ervas medicinais, das pequenas criações, da atividade leiteira. Essas são as atividades de reprodução familiar.

Os homens cuidam das atividades produtivas, ou seja, aquelas voltadas para o mercado, o público; enquanto as mulheres apenas “ajudam”, o que reflete a desvalorização do trabalho feminino pela sociedade.

Voltando para Altamiro e sua visão produtiva indica que “para começar é necessário cautela, é melhor ir começando aos poucos, até se apaixonar pelo

que se faz”. É um tipo de atividade que se mora e trabalha no mesmo lugar, portanto é necessário fazer o mínimo de investimento possível.

“Não se pode começar com apenas uma atividade. Se uma der problema é preciso ter alternativa. Ele começou com o biscoito. Ele visualiza a propriedade com a possível produção de hortaliças, frango, ovo e leite. A meta é se conseguir 100 litros de leite por dia. Essas alternativas não são apenas para aumentar a renda da família, mas para demonstrar tecnicamente o que é possível produzir em 2 ha. Percebo vários impactos positivos para a minha família: melhoria na qualidade de vida, hoje tem variedade na própria parcela, manteiga, carne e hortaliças, então, diminui a cada dia a necessidade por dinheiro. Tenho a tranquilidade de minha filha andar pela “propriedade” e comer as folhas retiradas diretamente dos canteiros, sem medo de contaminação por agrotóxicos. Além disso tenho recebido muitas visitas de diferentes grupos o que me leva a pensar no turismo. Acho que tem jeito. Tem? (Altamiro, assentado, P. A. Serra Dourada).

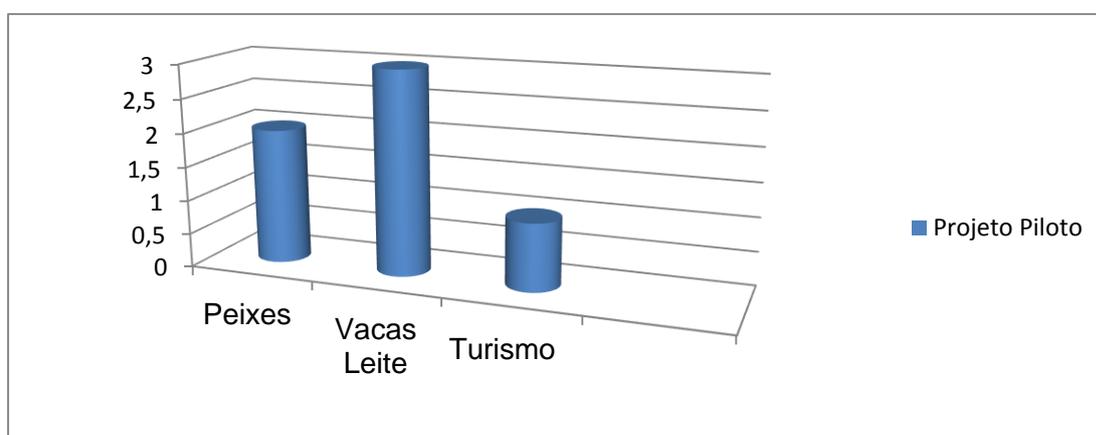
Prancha 03: Produção e Espaço de Mulher



Altamiro diz que sua parcela é um canteiro de obras há três anos. E, não pensa em parar por sinal. Ele nos apresenta três outras produções que já acontece em caráter experimental. Uma delas é essa própria visita

técnica/aula campo. Altamiro acredita que é possível em três anos ter uma estrutura de camping, para lazer e pesquisa. Ele imagina um turismo comunitário, em que os dois lados crescem a partir da experiência: o receptor e o turista, sem profundidade teórica, pois não é o foco deste trabalho. Os dois tanques de peixes e três vacas leiteiras também já fazem parte das duas outras produções que Altamiro vislumbra. Com isso, além de demonstrar que é possível produzir diferentes frentes numa parcela tão pequena, e, ter a qualidade de vida da família melhor do que de muitas famílias que estão nas margens da cidade.

Gráfico 06: Projeto Piloto de outras produções no sistema agroecológico



Um dos pontos ressaltados por Altamiro é o potencial de qualidade de vida no campo proporcionada a sua família, com acesso a eletroeletrônicos, eletrodomésticos, automóvel e a internet que até poucos anos atrás não seria possível deparar nessas andanças pelo velho Goiás. A rotina na parcela de Altamiro e Sirlene é dura, tem que pegar no pesado, pois da lida com a plantação de hortaliças que retira o sustento da família. E, essa atual estrutura de produção da parcela possibilitou a família ter os mesmos bens de consumo que o cidadão da cidade, avalia Altamiro:

Um das coisas que quero comentar com vocês é como a vida do campo pode ser boa e ter qualidade de vida no campo sim. Levanta de manhã e trabalha o dia inteiro, trabalho pesado no sol, mas não é só isso. Temos condições de morar bem, comer bem, carro bom pra andar, ter acesso ao mundo, nós temos internet, eu tenho internet aqui em casa há quatro anos. Eu tenho internet com wi-fi há quatro anos em casa. Tenho tv por assinatura desde 2010. Eu tenho uma tv quando eu comprei era uma das maiores de 42" em 2010. Como eu vou mostrar que é possível mostrando que no campo você pode ter acesso as mesmas coisas que a cidade pode proporcionar (Altamiro, assentado, P. A. Serra Dourada).

Ao longo da prosa Altamiro relembra os primeiros momentos na parcela do assentamento. E, faz um retrato da mudança ocorrida na parcela devido ao trabalho da sua família, aliado ao fator da proximidade com a cidade de Goiás.

Prancha 04: Produção de peixes e turismo de experiência



Figura 01: Tanque de peixe

Figura 02: Aula prática da Sementeira

Figura 03: Almoço oferecido pela família

Figura 04: Descanso antes da segunda etapa

Ele afirma que o maior problema dos programas do governo é que não correspondem à realidade. Por exemplo, as duas filhas estudam na cidade, e, se não tivessem carro e uma boa localização pra cidade, teriam mais dificuldades de acesso a educação de qualidade, pois o transporte escolar é precário e o horário que passa no assentamento não corresponde ao horário escolar, às

vezes saem muito cedo para a escola, chegam tarde. E, isso claro, influencia no processo de ensino-aprendizagem. Segundo Altamiro, dos três jovens assentados que ingressaram na universidade, apenas uma continua e mesmo assim, ele duvida que após o casamento haja conclusão desta etapa.

Mais uma vez, Altamiro nos chama atenção para o retrato da realidade do campo para os assentamentos, que como programa de governo, são arquivados, no INCRA, como um projeto implantado. E, que na maioria, sua realidade é bem outra. A memória da chegada de Altamiro contrasta com o momento atual da família em que a fartura é a palavra na mesa de todo dia, com muita labuta, e, verdade.

Eu sonho com que a minha filha permaneça no campo. Como a nossa qualidade de vida não permite a gente ficar saindo, então, tenho que trazer as coisas pra cá. Plantamos as fruteiras. Tem quatro anos que isso aqui é um canteiro de obras. Quando eu cheguei aqui a primeira coisa que eu fiz foi retirar quatro caminhões de lixo. A única coisa que herdei dessa propriedade foram quatro caminhões de lixo. O resto que tem aqui foi tudo construído como muito trabalho. Trabalho prazeroso. A gente tem que desmistificar a imagem do coitado com a enxada nas costas, a vida no campo é muito mais, vai muito mais além, tem isso, mas tem muito mais coisas. (Altamiro, assentado, P. A. Serra Dourada).

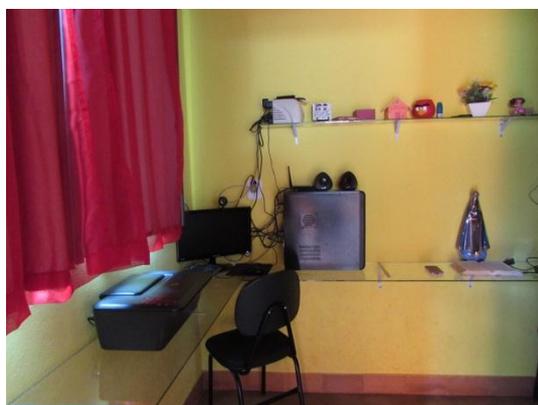
Altamiro reclama da morosidade do poder público em aplicar as decisões sobre a Reforma Agrária e seus desdobramentos, como investimento no pequeno produtor e assistência técnica rural continuada, além da formação para educação e cooperação. As questões contemporâneas ligadas a terra é de competência social, do coletivo de assentados aos órgãos de governo responsáveis “Ninguém dá nada pra ninguém, se conquista. Então isso é fundamental pra mim, parece ser pouca coisa, mas entre você ganhar e conquistar, só quem conquista que sabe”.

2.3.2.1 O novo camponês

Quando pensamos na imagem do camponês que ao longo do tempo foi construído pelo imaginário hegemônico sobre o campesinato brasileiro recorreremos a um sujeito com diversas limitações, em se tratando do novo modelo

de vida em vigor já na segunda metade do século XX. O camponês como indivíduo era tratado como um ser sem atitudes, atrasado, rude, jeca tatu, e, muitas mídias disseminaram esta ideia de camponês que fica longe, lá no sertão, de um camponês do passado visto como pacato que vivia descalço com chapéu amassado, num casebre, e, então, também longe das decisões políticas, sem posicionamento social efetivo perante uma sociedade do capital. O camponês de hoje é para além do capital, é um sujeito revolucionário em si.

Agora, a figura de Altamiro nos apresenta esse outro camponês, com conhecimentos técnicos, similares aos trabalhadores das cidades. Esse encurtamento entre a cidade e o campo é o desenho do novo camponês no início do século XXI, um ser político, um ser social, um ser de luta.



Fotos 19/20: Atividades do Altamiro, assentado desde 2010 no P.A. Serra Dourada

Um novo homem com velhos hábitos e mais algumas técnicas. A combinação desses gestos demarca dois tempos: o tempo de dona Joana - o da expressão da luta e o tempo presente de Altamiro com olho no futuro – o tempo da produção. É uma espécie de divisor de águas: nasce desse encontro, da anciã que luta e do desejo de produzir: o novo camponês, o politizado. Aquele que domina técnicas agrícolas apoiadas na ciência empírica, que aplica a técnica ao cultivo do solo para sua sobrevivência perante a produção em escala do mercado, que é o estilo de *vida moderna* apropriada.

O novo camponês é atualizado. A mente é mais aberta em questões técnicas e tecnológicas para o aumento da produção e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida para sua família. Esse novo camponês mantém hábitos que o liga à terra, ao lidar com o solo, mas com avanços no que tange as questões de cunho de luta política institucionalizada, pelo direito à terra e

investimento na permanência nela. O pertencimento da/na luta expressa o clamor de quem trabalha com a terra.

“Quem fala?” Altamiro e sua esposa Sirlene nos possibilitou aprender que o camponês politizado é quem fala! Numa das entrevistas, Altamiro rever o projeto de assentamento o qual pertence e demonstra como o governo ainda não tem sensibilidade para tratar das questões de reforma agrária.

Eles fizeram e dividiram em 15 parcelas, era terra pública, era do Ministério da Educação era uma escola mais ou menos do jeito que vocês estão fazendo hoje, escola agrícola. Aí eles fizeram a divisão e colocaram 15 parcelas no seco e deixaram a área que tem acesso ao rio com muita água vazia. Aí dividiram as 15 parcelas secas pro pessoal mexer e na área coletiva todo investimento na infraestrutura coletiva pegava um tanto de cada um, parece que era 40% era pra infraestrutura, só que as criações eram individuais. Cada um tinha o seu no coletivo. Pega 15 pessoas diferentes, diferentes jeitos de cuidar e colocaram todos num local só pra mexer junto, é pra dá errado não tem jeito. Não tem como dá certo. Qual era a leitura que eu faço: vamos fazer pra não dá certo, pra justificar não fazer mais esses tais de assentamentos. Só que o fator humano é interessante em muitas coisas, o assentamento que foi criado pra dá confusão e dá errado é o assentamento embora seja o menor é o mais produtivo da cidade (Altamiro, assentado, P. A. Serra Dourada).

O ser político, aquele que é o gestor, que interage com o espaço e faz uso de suas experiências, o que compreende as normas e regras do Estado e, conseqüentemente seus direitos econômicos, políticos e sociais ligados a terra como meio de emprego, renda e bem estar para a família. A terra é tratada como um organismo vivo pelos integrantes da unidade familiar.

Outro ponto que foi percebido: a mudança no campo, da possibilidade de viver no/do campo, numa terra produtiva e que gera renda e qualidade de vida para a família. O aprendizado é contínuo, como bem diz Altamiro “não pode ficar parado no tempo”, outra característica de Altamiro, sujeito franzino e arredio, mas que sabe o que quer, e não lembra aquele velho caboclo que a literatura sempre trouxe dos rincões do Brasil Central, sempre a *espreita*, que ainda permanece vivo em nossas memórias.

Altamiro é aquele novo sujeito demarcado dentro da luta pela sobrevivência no campo. Sobrevivência que é marcada pelo novo que aproxima o homem do campo à cidade. As vivências do campo são ligadas ao compadrio, bem distintas das vivências da cidade que são baseadas no interesse econômico e político.

O novo homem camponês tem mais consciência de como conquistar uma maior produtividade, ser mais eficiente no uso do solo e da água. Ele é de certo modo mais crítico com os hábitos dos de fora e aceita com maior grado o que é feito ali na porta, sua própria produção. As pessoas que são consideradas próximas são tratadas como “os de casa” e são valorizados na relação cotidiana. Questões ligadas ao uso da terra, a posse da terra, o trabalho na terra como forma de obtenção de renda familiar é o pilar de sustentação que o homem do campo tem para obter autonomia em todas as direções.

Esse camponês múltiplo, com a clareza de seu lugar no mundo e como lidar com ele, é a expressão de como age o camponês do século XXI. Hábitos que são sinônimos de atraso em outros tempos, hoje ficam só na aparência de que o campo é um limite para levar uma vida confortável e mais, a clareza de que todo o esforço, o suor, o trabalho pesado de sol a sol vale a pena, é símbolo de respeito perante aos seus pares e fora da comunidade em que se vive.

Alguns fatores foram elencados por Altamiro e Sirlene no que tange as conquistas expressivas nesses cinco anos de luta na parcela do P. A. Serra Dourada, mas adverte que a “ação junto a terra é algo demorado, por exemplo, plantar uma árvore para obter uma boa sombra leva-se tempo”. As conquistas realizadas pelo casal são substanciais para o período de tempo e do tamanho da parcela de terra ali existente para o cultivo e para moradia. Esse limite de território é transposto com muita dedicação por parte dos assentados o que fortalece a alta produtividade e o manejo do solo realizado por parte dos agricultores, proporcionando-lhes uma qualidade de vida que destoa do que é na realidade o campesinato goiano.

Os porquês aqui colocados foram mais por motivos de que as famílias assentadas têm uma relação difusa com a terra e essa multiplicidade de relações tem a terra como mediadora na relação com o mundo externo. Portanto, há uma moral camponesa que permeia aqueles que lidam com a terra “boa plantação, boa colheita”. Sobre a relação com a terra o depoimento do Altamiro me surpreende a cerca do conhecimento do solo e seus possíveis usos sem sua posterior degradação. Ele afirma que a terra é um organismo vivo e por esse motivo tem que ser tratado de tal maneira, “você lida com um organismo que respira”. A mistura de componentes da própria parcela gera uma economia e

resulta na organização sustentável do uso do solo. As palavras de Altamiro remetem a ter paciência e esperar o tempo do solo.

Eu encaro o solo, eu trabalho o solo como organismo vivo. Eu não adubo a planta. E eles fazem a adubação da planta, para a planta ai eles fazem adubação para a planta colocando cama de frango. Ai eles fazem a adubação com a cama de frango, esterco vai funcionar. Melhor amigo é o meu solo, e a possibilidade de ter doença é maiores. Mas para eles agora deve funcionar por um bom tempo, sem problemas. (Altamiro, assentado, P. A. Serra Dourada).

Portanto, o bom resultado obtido ao longo de um ano na parcela de seu Altamiro estão sob cuidados que vão do uso sustentável do solo, passa pela produção junto a COOPAR, sua participação direta na organização da comunidade e sua atuação junto à luta coletiva pela terra através da CPT. Dentre os aspectos já citados, a parcela de Altamiro tem sido planejada além da produção familiar de hortaliças, tem pensado uma multiplicidade de meios para obtenção de renda e qualidade de vida, como a inserção da mulher no trabalho produtivo externo – a produção de frangos, por exemplo.

O início de tudo é a relação com o solo. Sua preocupação é o tratamento do solo e seu objetivo é obter uma planta sadia, tratando o homem a partir da ingestão de alimentos saudáveis.

Eu me preocupo com o solo, eu não me preocupo em adubar a planta, eu nunca adubo a planta eu adubo o solo. Então, minha percepção é o solo sadio, vai produzir uma planta sadia. Mas é um processo mais lento. Você não melhora o sistema de saúde de um dia para o outro. Já tem 3 anos essa luta, trabalhando, pra plantar, depois de um tempo vem a colheita, né. (Altamiro, assentado, P. A. Serra Dourada).

A parcela de Altamiro chama a atenção do ponto de vista da sustentabilidade, isso foi observado a partir das vivências com a turma de agroecologia do IFG, e, também da formação técnica em agropecuária do Altamiro que propiciou os seus conhecimentos técnicos aplicados à cultura de hortaliças e, vem dando resultados. O maior diferencial desta família é que sua produção é agroecológica, sem uso de agrotóxicos. Os alunos acompanharam a pratica com a explicação de Altamiro pela escolha pautada na agroecologia, mais uma vez, volta-se ao uso do solo.

“Claro, porque o insumo que é o carro chefe na adubação do solo, é também produzido na própria parcela, conhecido como Bokashi, um bio adubo. Este produto é um fertilizante preparado a base de terra da mata. As possibilidades de uso da matéria orgânica dentro da área da parcela é ilimitada, mas demanda

tempo para sua produção, devido seu reparo ser demorado e laborioso, os outros optam pelo uso do agrotóxico. O bokashi é feito de terra da mata (a base da mistura) demais componente como a cama de frango, que é do próprio P.A. Serra Dourada, farelo de soja, torta de algodão, açúcar mascavo, farelo de osso e inoculante. (Altamiro, assentado, P. A. Serra Dourada).

Esta é uma prática que o produtor tem em seu seleiro de inovações dentro do P.A. Serra Dourada, por isso o destaque para sua parcela nesta pesquisa, uma forma de mostrar que é possível viver da/na terra para além da sobrevivência, pela fartura e qualidade de vida. Os alunos do curso de agroecologia são da cidade de Goiás, a maioria da zona rural, e, região. O contato com a natureza, o imaginário da infância de viver na roça, e, a lógica dos pais, estudarem seus filhos pra que eles voltem para o campo, já que com Altamiro ficou provado que podemos ter o acesso aos bens e políticas, e, é a educação a via de empoderamento para o exercício do bem viver e coletivo.

Altamiro envolveu a turma nas atividades. Eles fizeram se praticantes do dia a dia na parcela. Muitos se lembram do trabalho em suas casas, as diferenças que os pais tratam a terra e a compartilham. Uns a usam apenas como pasto para gado, a fim de produzir leite e abastecer o mercado local da cidade de Goiás. Outros, dizem do uso do agrotóxico que acelera o processo de produção orgânica, e, que gostaria que o pai pudesse ter uma aula como a de hoje, vivenciado na parcela.

O trabalho com bioadubo já tinha sido apresentado pela professora de agroecologia Ana Claudia na sala de aula, mas, como os próprios alunos elencaram “aprender na experiência, é muito além da sala de aula”, a mão no solo faz todo sentido, como o que nos descreve abaixo, Altamiro.



Eu trabalho com três opções dentro da agroecologia tem vários ângulos. Eu posso trabalhar com bio-adubo. O que que é bio adubo? Bio é vida né. Adubo vivo. Então eu trabalho com nenhum tipo de adubo que não seja vivo. Minha ideia é essa, você joga organismos no solo e conseqüentemente a qualidade de vida do solo. E como eu consigo isso com organismos vivos? Dada a minha região, ao meu solo, a temperatura, o microclima, com a terra viva o mais próximo possível. Não é nem uma filosofia, a ideia não é nem ir em outra região buscar terra. A mais próxima possível por que o que vai acontecer, o solo é muito semelhante e então provavelmente antes de descobrir essa terra a vegetação natural dela era similar, algo. Então os microorganismos que tem lá existiam aqui é por isso que fez. O que eu faço? Eu pego a terra da mata e trago, mais aí ela precisa de alimento é mais uma vida, é por isso que eu coloco farelo de arroz porque? Porque é rico em energia e fibra. Torta de algodão. Porque nela há uma fonte riquíssima é a em proteína. porque ponho inoculante. Inoculante é um fermento de microorganismos vivos. Ali naquela concentração assim num palmo de mão da terra da mata tem mais organismo vivo do que a cidade de são Paulo. Em 100mls do M4 tem mais que a população brasileira "todinha" de micro organismos vivos.

Cada tempo aqui apresentado, o da dona Joana que traduz a luta, do desejo e a chegada ao paraíso que coincidem com a morte, a dor, a velhice, a saúde e a doença, mas que “não arredo mesmo o pé do meu paraíso”. E, o tempo de hoje, do produtor de mudanças – o Altamiro, que politizado, crítico ao contexto inserido, faz de limitações, superações.

Altamiro, 42 anos, técnico agropecuário, assentado, secretario da COOPAR e agente pastoral realiza o sonho de todos aqueles que lutam pelo seu pedaço de paraíso. Um exemplo que merece difusão, mais pesquisas e investimentos para a multiplicação da pratica agroecológica que Altamiro e família desenvolvem no P.A. Serra Dourada.

E, em espirito camponês o próximo capítulo fara o desfecho deste empreendimento, anuncia a festa da capela de São João Batista, como o reviver do Ferreiro sua comunidade além da luta do P.A. Serra Dourada, ainda as memórias dos vilaboenses e filhos desta terra com intima ligação com o Ferreiro.

3- Celebrar o Ferreiro: Monumento e

feira

Ah! Pra mim, aquilo era pura magia!

Maria da Glória, assentada

Paro na frente da igreja. E fico horas. Volto às letras, e, encontro com Marietta Telles Machado, no livro “Os frutos dourados do pequizeiro”:

“Fundado por volta de 1700, o Arraial do Ferreiro era a mais antiga povoação da província de Goyaz. Recebeu esse nome porque, no tempo do descobrimento, lá vivia um artífice, mestre da ferraria, de muita fama pelas redondezas. O Ferreiro ficava a uma légua de Vila Boa, a Capital da província. Como a maioria dos primitivos arraiais goianos, ele nasceu na época da febre do ouro. A paisagem em volta era igual a de toda área de mineração: rios desviados de seus caminhos naturais, tabuleiros e grupiarias, a terra sangrada em valos profundos, montes de cascalhos, montanhas rasgadas, chão traçado de viveiros no vai-vem da faina ensofrega da extração. Picaretas e almocrafes trabalhavam noite e dia. Os olhos dos garimpeiros grudavam-se no fundo das bateias, buscando as cobiçadas folhetas e pepitas. Queriam ouro, muito ouro! Sempre mais!

Um dia, a terra exausta gritou um rouco “Não! ...” – aos que a cavavam. “Não mais! Chega de violar as minhas entranhas!” O ouro exauria-se e os homens partiam. Assim aconteceu no Arraial do Ferreiro. As minas esgotaram-se e a população flutuante foi-se embora. O Arraial entrou em lento declínio. Tempos depois, um fato veio apressar a agonia do povoado. Parecia uma maldição. As pontes do rio Uru e do rio das Almas foram levadas pelas enchentes. Os comboios tiveram que desviar as suas rotas. Os viajantes e os aventureiros não mais passavam por lá para contar as novidades. O isolamento e a pobreza levaram o Arraial ao fim. Dentre de alguns anos, restava uma centena de casas em ruína. A igreja de São João Batista, fundada pelo Tenente José Gomes em 1761, foi caindo aos poucos.

No tempo das riquezas, celebrava-se no Arraial, anualmente, uma famosa festa de São João, que atraía gente de longe. Vinham vagabundos, gitanos, mesinheiros, ledores “buena dicha”, mulheres, multidão turbulenta, em busca de diversões e aventuras. A festa também se foi, deixando lembranças na memória dos mais antigos. (MACHADO, Marietta T. 1985, p. 61-62).¹³

Quando ingressei no mestrado (2013) minha entrada se deu em junho, na primeira festa de São João organizada pela comunidade de assentados, ali na igreja, como muitos deles tinham sonhado. Foi o retorno.

¹³ A escritora goiana Marietta Telles Machado (1934-1987) que reconta como os de ontem contaram e ainda contam sobre uma época em que o ouro figurava a abundância, a festa, a aventura, e, também o declínio, o conflito e as relações sociais está vinculada a relatos centrados na ambientação do mundo rural. A ambição é figurada no branco, pela posse do ouro levaram centenas de vida desaparecerem sob as águas que, em borbotões, jorravam da “cabeça do touro”. Ver todo o conto “o sonho submerso”, no livro “Os frutos dourados do pequizeiro”.

Depois da restauração da igreja que aconteceu no período de 2010-2012 (re)encontrar a comunidade do Ferreiro e perceber a importância da igreja para o fortalecimento da coletividade aciona outras categorias além da qual me era familiar - os estudos de patrimônio. O campesinato, o parentesco por afinidade, os direitos sociais e culturais, além das questões de exercício da cidadania pelos grupos subalternos, no caso deste trabalho – os sem-terra/assentados do P.A. Serra Dourada são as que sustentaram esta rede de pensamento. Isso deve a antropologia, a orientação e aos meus interlocutores diretos – os assentados.

E, para finalizar os trabalhos de campo (2015), volto à festa de São João Batista, padroeiro da igreja para observar como a comunidade se organiza em torno dela para celebrar o Ferreiro.

Certa vez, um amigo, ator e confidente das viagens antropológicas me disse que usava de uma técnica para a imersão de seus personagens. Diz ele: “Para finalizar uma história que se queira contar é preciso fechar o ciclo, por isso volto sempre no lugar que começo a viagem. Depois de tecer, é preciso arrematar o ponto, de forma quase imperceptível”.

Este é o sentimento do fim da minha empreitada, que estou arrematando o ponto. A capela de São João Batista me encantou, o cheiro forte dos morcegos, do mofo, o escuro, a umidade foi transformada pelo desejo de memória de uma comunidade de assentados e também pelos agentes do patrimônio local, dito aqui, a igreja progressista e o governo local.

Tem patrimônio no meu trabalho! O patrimônio coletivo vivido, simbólico e apropriado a partir do monumento e da festa.

3.1 A Igreja de São João Batista, um monumento nacional e goiano.

Segundo Paulo Santos (1951) era hábito em praticamente toda a colônia, um povoamento iniciar-se pela construção de uma pequena capela. Fato este

confirmado pela presença constante do religioso junto a qualquer expedição, que seria o responsável pela construção da capela. José Gomes, em 1761 construiu no antigo Arraial do Ferreiro, a capela de São João Batista que apresenta as características comuns à maioria das edificações religiosas encontradas praticamente em todo o Estado de Goiás – a arte barroca.

Silvio de Vasconcelos, arquiteto e historiador mineiro e Afonso Ávila poeta e historiador da arte se referiam ao barroco que desembarcou das caravelas, nossa primeira arte importada de Portugal, e, depois enveredou pelo território desbravando sertões e chegou a todos os portos do nosso país, desde a igreja de São Alexandre em Belém do Pará; a Igreja de São Miguel das Missões, em Rio Grande do Sul e a Igreja da Boa Morte, em Vila Boa na Cidade de Goiás.

Esse Barroco deixou marcas fortes em Goiás e teve um renascimento, revivescência em pleno século XIX com as obras de Veiga Valle, que realizou um trabalho extraordinário, um grande mestre tardio do Barroco, mas revelando um artista exímio perfeccionista que a partir do estilo barroco realizou uma obra singular e nós podemos admirá-la no Museu de Arte Sacra da Boa Morte, na cidade de Goiás.

O ciclo do ouro em Goiás proporcionou o desenvolvimento do barroco em suas construções, quase todas religiosas, como é o caso da igreja de São João Batista do Ferreiro que conserva até hoje sua conformação original. É de estilo colonial e possui uma planta extremamente simples, compõem-se, além da nave e da capela-mor, de dois corpos laterais, de dimensões equivalentes: um utilizado em toda a sua área como sacristia; outro, dividido em duas salas menores, provavelmente como depósitos. Na nave apresenta dois altares lateais de muito boa talha, já sem a pintura original.

É, atualmente, um dos únicos edifícios remanescente da época da implantação dos quatro primeiros arraiais mineradores fundada por Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, quando da sua chegada às margens do Rio Vermelho, no século XVIII. Os outros três são: o vizinho Ouro Fino, a Barra, conhecida também por Buenolândia e a cidade de Goiás, patrimônio da humanidade (ver prancha 05).



Foto 21: Igreja de São João Batista, Ferreiro/2015, autor: Robson Vieira

Construída em taipa-de-pilão¹⁴ e adobe¹⁵, possui o piso em mezaneta¹⁶ e cobertura em telha canal. A fachada era simples, com apenas uma única porta de entrada, e em cima há duas janelas-sacadas, utilizadas para a iluminação do coro. As paredes lisas e caiadas apresentam em sua parte superior um frontão triangular simples, com um óculo¹⁷ na parte central. Os adornos existentes no interior da igreja ainda que singelos, dão a ela o estilo barroco, dentro dos poucos recursos de que dispunham à época.

Prancha 05: Igrejas remanescentes do período colonial de Goiás



¹⁴ Taipa de pilão: as paredes construídas com taipa de pilão são normalmente, mais largas que as de adobe. Elas são levantadas a partir do uso de formas de madeira, chamadas de taipal, onde o barro é socado com pilão. A terra utilizada era como uma farofa composta por terra, cal, estrume e fibras vegetais e animais, Com a terra bem compactada e seca, as formas eram retiradas e erguidas para a próxima socagem. Ao final, as paredes eram rebocadas e pintadas com argamassa e pintura à base de cal.

¹⁵ O Adobe é um tipo de tijolo feito com terra crua. Crua porque não se utilizava fôrmas para “queimar” os tijolos, eles secavam ao sol, ganhando a dureza necessária para a construção. Ao barro de boa liga se misturava palha de capim, entre outras fibras, o que dava maior resistência. Devido a ausência de estrutura de madeira, a organização dos tijolos de adobe na construção de paredes ganha uma característica especial. As peças as travadas e, seus cantos e nos encontros de paredes. Desta forma, apoiadas uma nas outras, elas se mantem de pé e firmes.

¹⁶ Mezaneta: esse tipo também recebe o nome de mezanetas cerâmicas, tijoleiras ou ladrilhos de barro. Trata-se do mais antigo e típico piso da arquitetura goiana. A instalação é feita sobre o piso de chão batido, que recebe uma camada de areia lavada para o assentamento das peças de forma organizada e nivelada.

¹⁷ Óculo: designa um elemento de arquitetura, sendo uma abertura na fachada ou no interior que pode ser redonda ou de outras formas, localizada geralmente acima de uma abertura principal ou inclusa em frontões e frontispícios.

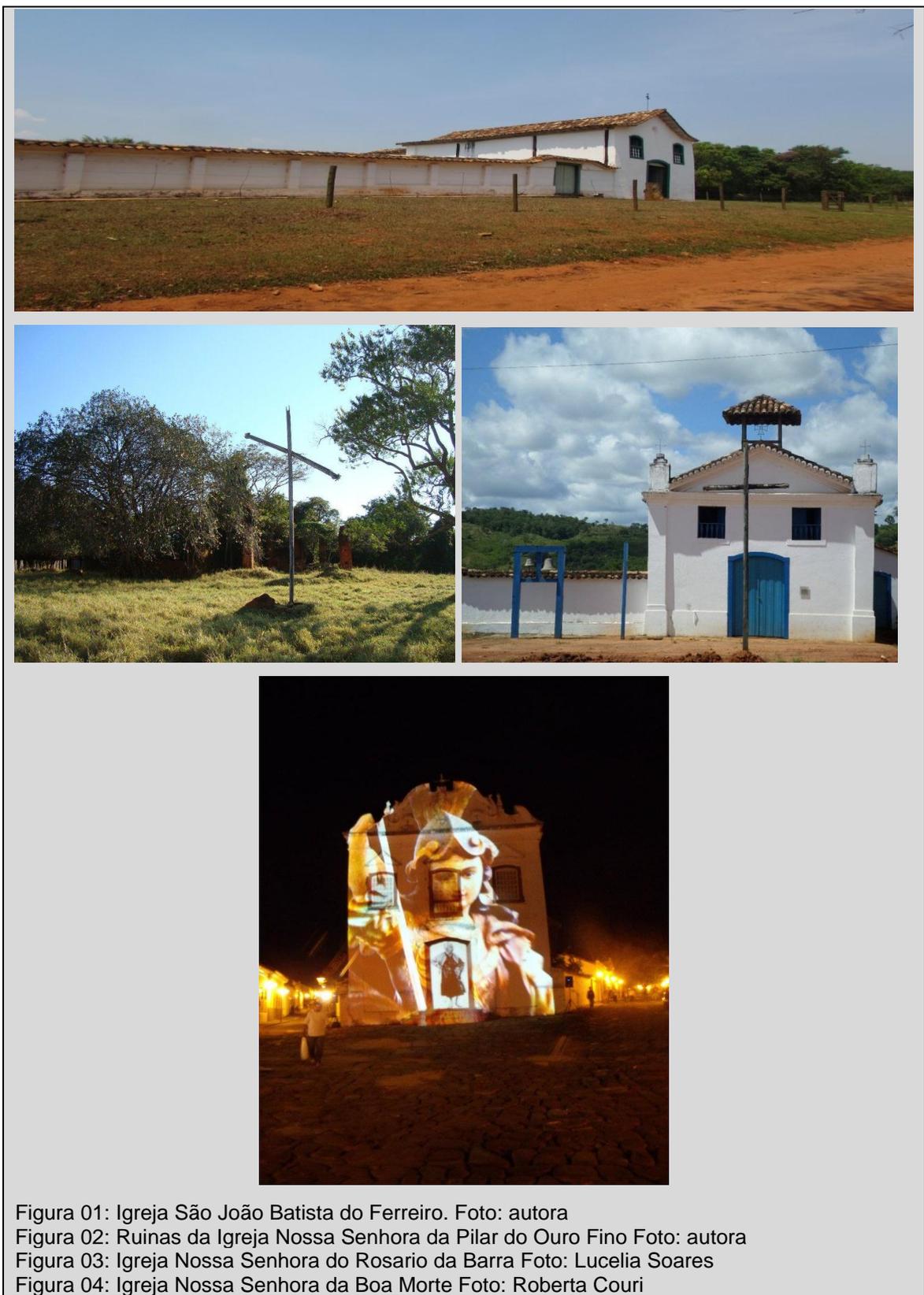


Figura 01: Igreja São João Batista do Ferreiro. Foto: autora

Figura 02: Ruínas da Igreja Nossa Senhora da Pilar do Ouro Fino Foto: autora

Figura 03: Igreja Nossa Senhora do Rosario da Barra Foto: Lucelia Soares

Figura 04: Igreja Nossa Senhora da Boa Morte Foto: Roberta Couri

3.2 A Igreja/monumento para a preservação do Ferreiro

A herança patrimonial que sobrepõe o material ao imaterial é ligada ao fator de excepcionalidade, dado aos monumentos, como o caso da igreja de São João Batista. Esse instrumento ajuda a sociedade a marcar o seu tempo.

O primeiro instrumento de proteção e preservação do patrimônio cultural brasileiro¹⁸ – edificado - é o Tombamento, tal expressão deriva do verbo que significa “arrolar” ou “inscrever”, e veio do direito português. . É oficializado com o registro do bem nos Livros de Tombos, que depende do tipo de tombamento:

1. Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: destinado às “coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular”, bem como os monumentos naturais, sítios e paisagens;
2. Livro do Tombo Histórico: “as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica”;
3. Livro do Tombo das Belas Artes: para “as coisas de arte erudita nacional ou estrangeira”;
4. Livro do Tombo das Artes Aplicadas: para “as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras” (SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980, p. 74-75).

Com a sanção da Constituição de 1937 tornou-se decisiva a proteção do patrimônio viabilizando os processos de tombamento no país, incluindo a seleção de edifícios do período colonial – em estilo barroco – e palácios governamentais, em sua maioria prédios neoclássicos e ecléticos, vinculados à história oficial da nação.

A Igreja de São João Batista, e o cemitério anexo foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde 05/11/1953, inscrito no Livro das Belas Artes, volume 1, folha 79, inscrição 412- T-52. E, também pela lei Estadual nº 8.915 em 13/10/1980.

Sua proprietária é a Diocese de Goiás, que passou simbolicamente a chave para a comunidade do Ferreiro. As mulheres da comunidade ficaram encarregadas da limpeza da igreja. Existe um rodizio entre elas. Cada mulher fica responsável por um mês pela inspeção e limpeza da igreja, que acontece semanalmente. Ações como esta das mulheres da comunidade e da restauração feita pelo IPHAN são importantes e devem vir juntas ao programa de educação para o patrimônio para a comunidade que vivencia o monumento.

¹⁸ Criado pela lei n 25, o SPHAN que torna responsável pela proteção do patrimônio viabilizando os processos de tombamento no país, incluindo a seleção de edifícios do período colonial em estilo barroco e palácios governamentais, em sua maioria prédios neoclássicos e ecléticos, vinculados a história oficial da nação.



REGISTRO

Figura 02: Medidas oficiais e comunitárias

Apesar de ter sido restaurada pelo governo várias vezes, algo sempre acontecia, anos depois (ver tabela 02), já se encontrava depredado, prejudicado por infiltrações e exigindo novos reparos. Entretanto, nenhuma obra conseguirá preservar o edifício se, associado à restauração, não for desenvolvido um programa de uso social com manutenção e constante presença de pessoas no local.

A melhor forma de preservação é o seu uso frequente. No trabalho de campo, ficou clara a preocupação da comunidade com a igreja, e, pude perceber que a igreja é o lugar que se tornou símbolo de poder e disputa de uma rede de agentes locais a partir do desejo de memória dos moradores do Ferreiro.

As portas e janelas permaneciam fechadas, habitat de morcegos, corujas e outros animais. Muitos moradores temiam doenças. Mas, sem nenhuma assessoria técnica a comunidade não poderia entender que a igreja deveria ser aberta todos os dias, recebendo luz solar para sua conservação. Assim, cuidar, para eles, proteger, no sentido de acolher, de guardar, acabava ocasionando a deterioração do patrimônio. No entanto, preservar não é somente guardar um bem, é manter vivos os usos e costumes de um povo, mesmo que com alterações (LEMOS, 1981).

A finalidade do tombamento é conservar a coisa tida como de valor cultural, com a suas características originais, lembrando que o proprietário não perde a sua propriedade, apenas lhe é retirado o direito de transformá-la, demoli-la ou desnaturá-la; inclusive para repará-la, pintá-la ou restaurá-la necessitará, o proprietário, de autorização do IPHAN. O entorno dos bens imóveis também deve ser objeto de cuidados para que a visibilidade e destaque do bem não sejam comprometidos. Além disso, é importante ressaltar que “todo cidadão brasileiro pode propor o tombamento de bens culturais e naturais” (ANDRADE, 1997, p. 7).

O trabalho de arquivo já me era familiar, devido minha formação acadêmica na área de história com cursos complementares na documentação. Para mim, os documentos eram a igreja, o cemitério, memórias “vazias” da comunidade sobre a história local. Isso me chamou mais atenção: uma comunidade que não tinha nenhuma relação com o lugar, queria agora, saber da história, da restauração da igreja, de projetos sociais e de renda para a comunidade.

A chegada ao arquivo do IPHAN em busca de documentos sobre a capela do Ferreiro, também, me traz alguns desconfortos. Não tive acesso a sala de documentação, sendo feito uma “filtragem” para a pesquisa pelo funcionário do escritório local, sem formação para este exercício. Isso me intrigou, mas, eu queria saber o que poderia ter ali naquela seleção, que ele mesmo diz me servir (ver tabela 02).

Nesta seleção não encontrei dados sobre o tombamento da igreja em nível estadual e federal, o plano diretor do município, nem sobre intervenções antes do ano de 1993 quando ocorre uma campanha “S.O.S. Ferreirinho” na cidade para restauração da igreja (ver Prancha 06). Só a partir da década de 1990 os dados começam aparecer. Além de ofícios para apoio a campanha, têm-se relatórios técnicos de vistoria das obras e sobre resgate arqueológico em 1997 devido à instalação de uma granja na área do sitio histórico. E, alguns outros documentos – fotografias e partes do projeto de execução, planilhas financeiras, da última intervenção – a restauração da capela entre 2010-2012.

Tabela 02: Dados levantados durante a pesquisa de arquivo/2014.

DATA	DADOS
1761	Construção da capela de São João Batista no arraial do Ferreiro
1953	Livro de Tombo de Belas Artes, estilo barroco, colonial, sertão brasileiro.
1980	Livro de Tombo em nível estadual, pela antiga Agepel. Hoje o departamento de patrimônio histórico e artístico está ligado a SEDUCE.
1993	Campanha S.O.S. Ferreirinho
1997	Resgate arqueológico devido a implantação de uma granja no sitio histórico.
2001	Projeto de Assentamento Serra Dourada, vizinho ao sítio histórico.
2010-2012	Restauração dos bens integrados da capela, bem como toda sua estrutura, e, construção de anexo com banheiros e pequena cozinha.

Esses dados (ver tabela 02) foram listados para que eu pudesse tentar uma primeira conexão. O impasse: não foram todos encontrados nos arquivos pesquisados. Então, a estratégia foi tecer a rede com os dados fornecidos, já que o tempo era um fator de urgência para a conclusão da pesquisa.

No Frei Simao Dorvi, por exemplo, encontrei referências bibliográficas mais precisamente sobre a constituição inicial do Ferreiro, o ciclo do ouro, a arte barroca. Mas, foi bem ali que tive muitas conversas informais com os funcionários do local e outros pesquisadores que me orientavam de como encontrar pessoas que viveram n(o) Ferreiro.

O arquivo do INCRA aponta para os dados estatísticos para denominar cada parcela/família, que para um olhar antropológico seria pouco possível realizar o que me propus: traçar a rede de relações com a igreja. Voltei ao campo, e, optei pela etnografia dos tempos do P.A. Serra Dourada, em que retrata a imagem da luta e a produção familiar como luz para o futuro. Aqui o envolvimento foi mais direto com o cotidiano do assentamento, sua organização, suas trocas e confraternizações.

O escritório local do IPHAN sendo o órgão responsável pela guarda da igreja, não dispunha de todos os documentos, na ocasião. Essa ausência de dados também aciona outras categorias para o pesquisador dos estudos culturais, e, que o rumo final desta pesquisa é sem dúvida o alerta para a preservação dos bens culturais e o uso social dado a eles.

Desde o ano passado, o departamento de patrimônio imaterial desta regional realiza uma pesquisa de inventário das referencias culturais vilaboenses e entorno. Possivelmente, o Ferreiro e sua festa de São João foram citados. A pesquisa também não estava disponível na época que fui ao campo/arquivo. De toda forma qualquer cidadão poderá consulta-la, após enviar, de forma burocrática, uma carta de intenção de pesquisa ao órgão.

Para a preservação do patrimônio é necessário ações educativas e culturais que sensibilizam a comunidade em prol da sua revitalização. A memória da comunidade, dos agentes locais e daqueles trabalhadores, pesquisadores e até viajantes, hoje chamamos de turistas que visitam o Ferreiro nos permitem a pensar como lugar de memória inaugural do estado de Goiás, e, um lugar de transformação social, a partir das práticas cotidianas da comunidade somadas aos programas de Patrimônio e Turismo, por exemplo.

A seleção do monumento deveria se concentrar na representação da identidade coletiva de uma determinada sociedade. . No caso do estado de Goiás, a arte barroca ajuda a sociedade marcar o seu tempo a partir das igrejas erguidas nos arraiais e vilas.

O período da corrida do ouro foi também da interiorização da nação, e, devido às precárias condições daquela época, a simplicidade da arquitetura vernacular tornou-se forte característica da arte barroca goiana. Mas, quais representantes dessa sociedade seriam mais indicados para eleger seu patrimônio coletivo?

Prancha 06: Ações de preservação S.O.S.Ferreiro. Arquivo do IPHAN/1993





Foto 01: Igreja de São Joao Batista deteriorada
 Foto 02: Visita de escola nas obras do S.O.S. Ferreirinho
 Foto 03: Capela, a frente.
 Foto 04: Capela, ângulo do cemitério
 Foto 05: Última casa do arraial/Arquivo pessoal de Agostinho Stacciarini.

O livro Patrimônio Histórico – Aliança entre o passado e o presente do engenheiro Agostinho Stacciarini, empresário da Construtora Aliança que

prestou serviço ao IPHAN por meio a licitações para restauração de obras arquitetônicas traz relatos sobre as intervenções feitas no Ferreiro:

A última restauração que lá fizemos foi no ano de 1993, e a primeira no ano de 1977. Neste ano, além da igreja e o cemitério, existiam mais duas casas, sendo uma do zelador da igreja, que também se mudou por volta de 1984 ficando tanto a igreja como a casa, totalmente abandonadas (Stacciarini, 2001, p.189-190).

Os relatos do engenheiro, também conhecido como senhor Agostinho, me chamam atenção para os constantes reparos na igreja (1977, 1979, 1980,1982,1984, 1993), devidos a localização da igreja longe do centro urbano de Goiás, sem ninguém zelando por ela, o que também favorecia a ação de vandalismo ao patrimônio local, causando danos ao bem tombado sem serem identificados.

Cada vez que voltávamos, encontrávamos, destruído, parte do que havíamos feito em etapas anteriores. As paredes, feitas em taipa batida e em adobe, não resistem a goteiras. (...) Em 1984 fizemos um trabalho deixando a capela totalmente restaurada. Em, 1991, quando estávamos trabalhando no Palácio Conde dos Arcos, fomos até o arraial do Ferreiro ver como estava a capela. Encontramos o monumento necessitando de vários reparos. Batalhamos junto aos órgãos estaduais responsáveis e conseguimos finalizar a obra em 1993 (Stacciarini, 2001, p. 190).

Em 1994 o engenheiro retorna a Goiás para um trabalho no Quartel do XX, e, resolve chegar até o Ferreiro para ver a igreja que a pouco mais de um ano tinha restaurado. “Fiquei triste. A obra estava abandonada. Porta principal aberta. Mato tomando conta do cemitério e do entorno da capela, enfim, abandono total”, diz o senhor Agostinho.

Como as empresas construtoras executam trabalhos em diversas regiões, os donos não mantem nenhuma relação afetiva como os lugares. Mas, o senhor Agostinho gostava do Ferreiro, tinha um apreço especial pelo antigo arraial. Sua última memória acerca do arraial seria no ano de 1998, em que numa ida a cidade de Goiás para vistoriar as obras, novamente vai ao arraial do Ferreiro para ver a igreja e a casa do zelador.

A casa do zelador estava em ruínas, telhado quase todo desabado, restando apenas uma parede levantada. Todas as outras haviam ruído. A cerca de arame que protegia esta casa não mais existia. Foi-se a última casa do arraial do Ferreiro. Quanto a capela, goteiras derramando água sobre as paredes de adobe ou taipa socada, provocando a erosão das mesmas. Mato tomando conta do cemitério e do entorno da capela, e, inclusive um buraco cavado na parede, perto do altar-mor, possivelmente a procura de ouro, enfim, um abandono do monumento a sua própria sorte a sanha de seus depredadores. Não

sei se após 1998, foram feitos reparos nesta obra Se não, deve estar em estado precário (Stacciarini, 2001, p. 190).

As memórias da anciã do assentamento, dona Joana, mostram como foi o encontro com a igreja, assim que chegaram aqui, por volta dos anos 2000. Os vestígios do ciclo do ouro, uma época distante, mas que permeava o imaginário da cidade de Goiás, curiosos, estudiosos e vândalos.

“Quando nós chegamos ela tava completamente destruída, povo bagunçou ela todinha, fez um buracão imenso caçando ouro. A Igreja tava toda derrotada e bagunçada. Quando a gente veio pra cá você precisa de ver. Então tinha um buracão imenso alguém fez caçando ouro e deixou até a porta aberta da igreja e ficou escancarada. A igreja estava uma lástima coitada! Acabou a igreja. Agora graças a Deus deram uma arrumada boa nela. A gente falou pra eles vim aí pra vê e o que podia fazer. Não sei se encontrou ou não encontrou isso a gente não ficou sabendo direitinho. Será que a Sirlei não sabe não. Eu sei assim eu sei que aconteceu que quase acaba com a igreja por causa disso de fazer buraco pra caçar o ouro. Mas aí não fiquei sabendo se acharam ou não” (Dona Joana, anciã da comunidade, assentada, entrevistada no sábado (13)).

No final de 2012, acontece a solenidade da entrega da obra (prancha 07), com missa para entregar a chave à comunidade e após delicioso café da manhã: suco de cajuzinho, cajuzinho, leite, café, pão de queijo, bolo de arroz, biscoito, mané pelado, dentre outras iguarias vilaboenses. Neste dia o que mais me chamou atenção foi a carta da Maria da Glória, assentada do P.A. Serra Dourada que acompanhou todo o processo de restauração. Ali ficou provado pela emoção que Maria da Glória me fizera retornar ao campo:

“ Se eu fosse contar o meu passado não haveria papel suficiente. Ao contar o meu presente era papel indefinidamente. Como não tenho tempo e nem papel suficiente vou contar só um pouquinho do meu passado recente e o que eu vivo no presente. A vida às vezes nos dá rasteira que muitas vezes vamos ao chão, aí precisamos de amigo que dê a sua mão. Nessa hora que deixamos a ilusão e sabemos de verdade quem são amigos do coração. Numa dessas fases da vida enquanto eu estava triste e caída eu ganhei muitos amigos, dentre eles os mais especiais são os amigos da restauração, chegaram de mansinho e me deram amor e carinho e seguraram a minha mão. O trabalho deles é restaurar prédios e objetos de valor, objetos pequenos são suas ferramentas de trabalho que eles usam com vigor. Prestando bastante atenção são umas camadas de tintas pra retirar, não pode retirar depressa pois a última tem que ficar. Depois vem a outra parte que é da marcenaria e montagem e ao final de tudo que vem a pintura, trabalho minucioso, pois eles tem que preservar o passado sem sair do lugar. São pessoas corajosas pegaram uma igreja aos cacos e deixaram ela esplendorosa. São civis, chefes ou gerentes e não sei mais quantos, só sei que foi muita gente. Quase todos conheci, alguns informalmente. São amigos de verdade que guardarei eternamente. Agora digo a vocês porque eu falei tanto, eu só queria dizer a vocês que enquanto restauraram a igreja sem perceber restauraram minha vida, me ensinaram ser feliz. Eu digo a vocês sem nenhuma hipocrisia:

amo vocês de verdade. Amiga de vocês Maria” (Maria da Glória, assentada, 2012).

A carta de Maria da Glória aos restauradores me fez retornar ao Ferreiro. Agora, sentia e via todos da comunidade com suas vidas “restauradas”. Muitas relações se fortaleceram. Novos sujeitos foram acolhidos pela comunidade que demonstra certa preocupação com a aparência – a própria física e da parcela/unidade familiar frente a esse processo de restauração

Maria da Gloria, 43 anos, mãe de 04 filhos, avó de 02 netos. É agricultora familiar, natural do Tocantins, titular da parcela, separada, traz o exatamente o sentimento de pertencimento ao monumento/igreja. Sua sensibilidade ao comparar o processo de restauração da igreja com a sua vida.

Eu vou contar porque eu escrevi essa carta porque o pessoal estava restaurando aqui eu tinha acabado de separar. Quando eu vi o restauro da igreja percebi que a vida da gente ela é uma restauração. A paixão minha por ela, a história por ela começou antes mesmo de tudo, quando eu cheguei pra cá eu vi do jeito que era, aí era muito triste vê ela da situação que era. Eu sempre falo eu sou amante das artes. Sou amante dos artistas, artes, sou amante da vida. Tudo que diz vida, o que pode buscar da vida, do passado eu quero ver, eu quero guardar. Então eu escrevi essa carta pensando por isso. Não foi nem pra ser divulgada nem nada, só escrevi pra as meninas, escrevi porque elas estavam indo embora, terminando. Aí eu escrevi pra elas (Maria da Glória, assentada, 2015)

Por trás de uma igreja há religiosidades, simbologias e modos de construção e decoração que pertencem ao território do intangível, ou seja, que podem ser perdidos mesmo com a permanência ou preservação do monumento. Sua continuidade depende do fator humano – motor das questões patrimoniais. A igreja colonial traz consigo religiosidades populares, como a festa em devoção ao santo padroeiro – São João Batista, mesmo sem o registro oficial, a festa (re)vive pela comunidade.

E, agora, no presente, as histórias de Maria da Glória, da dona Joana, da Suele e também aqueles vilaboenses que moram na cidade de Goiás e tiveram vivências, lembranças e acontecimentos partilhados a partir da confraternização da festa, que para mim, a festa de São Joao Batista é o combustível para que o Ferreiro, a igreja e a comunidade (re)viva o arraial, brilhou a terra do ouro, e, hoje a terra brilha na mesa através dos alimentos cultivados pela comunidade do Ferreiro – o assentamento Serra Dourada.

Prancha 07: Missa de entrega da capela à comunidade do Ferreiro, 2012



Foto 01: Interna e panorâmica, de cima do coro.
Foto 02: Parte da comunidade do Ferreiro, no coro.
Foto 03: Equipe de restauradores.
Foto 04: Comunidade do Ferreiro recebe a chave da capela.

3.3 O registro do patrimônio imaterial como medida de proteção

Promulgada a Carta Cidadã em 1988 retomaram-se alguns pressupostos preservacionistas sugeridos por Mário de Andrade e, incorporados por Aloísio Magalhães em que a preservação do patrimônio devia se desenvolver além do tombamento, baseando-se nas referências culturais como citado no artigo 215:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Em certa medida, a nova legislação brasileira abre vias que poderão ser úteis para estimular e manter a preservação da diversidade cultural dos diferentes grupos sociais sem correr riscos de desaparecimento, já que se "identifica o trauma social das políticas públicas de patrimônio nos instrumentos de proteção, seletivos pela excepcionalidade e autenticidade continuam a fazer desse campo, disputa e poder" (LIMA FILHO, 2009).

A Constituição Federal de 1988 trouxe para o Brasil a vanguarda dos conceitos internacionais de patrimônio cultural, ampliando o leque de bens passíveis de proteção, incluindo os bens imateriais, de natureza intangível. O artigo 216 constituiu a espinha dorsal do sistema de identificação e de preservação dos valores culturais brasileiros, conforme transcrito:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza materiais e imateriais, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem:

I - As formas de expressão;

II - Os modos de criar, fazer e viver;

III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.(incisos I,II,III,IV e V, do referido artigo).

Ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza imaterial, estabelece-se o Registro como instrumento de preservação desses bens, implementado pelo Decreto n. 3.551/2000, ainda no artigo 216 CF/88. A inscrição de um bem em um dos Livros de Registro terá sempre como referência sua relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira, assim como sua continuidade histórica.

O “Registro” do patrimônio cultural de natureza imaterial deve ser feito em um ou mais livros abaixo, conforme sua(s) categoria(s):

1. Saberes: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
2. Formas de Expressão: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
3. Celebrações: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
4. Lugares: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

Estamos, então, tratando de bens culturais de um tipo especial, isto é, de processos ou de bens “vivos”, principal repositório é a mente, e principal veículo é o corpo humano. Processos existência depende diretamente dos indivíduos, grupos ou comunidades que são seus detentores ou portadores – e, com isso, qualquer possibilidade de fruição, de acesso ou de uso. “A salvaguarda nesse campo deve, portanto, estar mais orientada para a valorização do ser humano e para o registro do seu saber do que para a preservação ou valorização de objetos e produtos” (SANT’ANNA, 2008, p.).

Jacques Le Goff (1994) advertiu que o que sobrevive enquanto memória coletiva de tempos passados não é o conjunto de documentos que existiram, mas o efeito de uma escolha realizada pelas forças que atuaram em cada época. E, é isso que a comunidade do Ferreiro escolheu. Reviver o Ferreiro pela apropriação cultural da igreja, dar uso social a ela. O uso originário: missa e estudo bíblico. E, os usos secundários, como reuniões sobre a organização da festa de São João Batista.

Com isso a proposta de análise seria para a vertente do patrimônio imaterial: as festas e celebrações, mais especificamente a festa de São João Batista do Ferreiro que possui caráter popular e em processo de modernização. Uma característica desse processo é o “cruzamento” de elementos culturais, como explica Canclini (1998): “é possível pensar que o popular é constituído por processos híbridos e complexos, usando como signos de identificação elementos procedentes de diversas classes e nações”. (p. 220-221)

3.4 O primeiro registro etnográfico da festa de São João do Ferreiro

A festa anunciada pela rádio 13 de maio (foi assim que fiquei sabendo, pela rádio da igreja), bem falada festa de São João no Ferreiro aconteceu de 21 a 23 de junho de 2013. A preocupação inicial é como a comunidade do Ferreiro iria se apropriar daquela igreja, agora deles, pelo direito à cultura e à cidadania, promulgados na Constituição Federal de 1988. Então apurei o ângulo: devoção, pertencimento e confraternização foram os primeiros focos. Como a comunidade ritualizava/confraternizava a igreja?

No primeiro dia (21) logo após o terço, continuaram apenas as famílias do assentamento no rancho montado para a festança. Zezinho e Clarice neste dia eram os responsáveis pela organização; Maria da Glória e filhos; Valdison e Keila; Altamiro e Sirlene; Luiz e Sirley, estes últimos não são assentados, moradores/funcionários de uma granja instalada em frente à igreja. Mas, como diz Sirlene: “eles não pertencem ao assentamento, mas fazem parte da comunidade”.

Encontravam-se na festa o padre Paulo, do Mosteiro, alguns casais amigos das famílias com relação de compadrio, mas a maioria eram pessoas ligadas à igreja, a CPT e a COOPAR.

Levantaram um rancho ao lado da sacristia (cozinha) de acordo com bandeirolas, mesas, muita música e aquela alegria das festas juninas. Espetinho, caldo, refrigerante e cerveja eram vendidos. Leilões de tapetes, doces, queijo, e até bebidas, como licores e pingas artesanais de mutamba, curriola e murici.

Segundo dona Divina a organização de sábado será de sua família com levantamento do mastro e fogueira. No domingo, o vereador Aderson e membros da CPT organizam a festança e a missa celebrada por D. Eugenio Rixen.

Todos muitos contentes com a festa. A igreja permaneceu aberta durante o tríduo. Senti certo “exibicionismo” por parte da comunidade com a restauração da igreja. Isso se evidencia na fala de dona Divina: “nunca vi esta igreja tão linda; antes, com aqueles morcegos, fedida, caindo; e, agora vejo ela assim, tão linda”. Percebe-se intensidade de sentimento de orgulho, do pertencimento e da valorização do patrimônio por parte da comunidade do Ferreiro.

Minha intenção era acompanhar a festa nestes três anos. Os primeiros anos da festa na frente da igreja, de novo. Mas, ano passado (2014) estava de resguardo, o que tornou impossível o segundo campo durante a festa.

No primeiro ano, aspirante no treinamento do olhar – o antropológico - para a primeira ida ao campo, já que tinha acabado de entrar no programa do mestrado. Ainda sem métodos, no encantamento dos caminhos desconhecidos que iria percorrer a partir de cada visita ao Ferreiro, de cada página de etnografia lida, de cada exercício de ver além do aparente.

A concentração dos esforços etnográficos desta empreitada se dá na festa de São João Batista deste ano (2015) que muito tem haver com o desejo de memória da comunidade do Ferreiro. É a própria comunidade que querem também marcar sua passagem em prol da revitalização da igreja/monumento. No dia 07/05/2015 houve a reunião na Igreja do Ferreiro discutindo a programação da Festa de São João deste ano. O início da reunião foi marcado pela fala do Seu Zé Osmar sobre o assentamento relembrando memórias da comunidade local e a vontade de reavivar a festa na região já que o Ferreiro é um marco inaugural para cidade. *“Como a comunidade do Ferreiro é pequena não conseguimos sozinhos tocar a festa”*, diz seu Zé Osmar. Seguem elencados os pontos levantados para possível realização da festa:

- 1) Data: 12, 13 e 14 de junho. (Noite no dia 12 e 13, almoço no dia 14, com encontro dos violeiros);
- 2) Existe uma sala vazia dentro da Igreja, e eles gostariam de montar uma exposição de fotos e memórias. O pessoal da CPT tem um arquivo;
- 3) Ver a possibilidade de apresentação culturais para os três dias.
- 4) Possibilidade de uma pequena cavalgada no dia 14/06, e, assim já aproveita para divulgação do curso de agroecologia;
- 5) Levantar as prendas para o leilão;
- 6) Contribuir com a ornamentação da festa;
- 7) Vender ingressos do almoço de domingo;
- 8) Doação de algum material de limpeza, copos ou bandeja/prato para o almoço;
- 9) Contribuir com a organização no dia, vendas, anotações durante o leilão.

Essas demandas são justificadas pelo tamanho reduzido da comunidade, mas com imensa vontade de levar mais gente para participar da festa (ver prancha 08). As parcerias foram consolidadas entre vários grupos da sociedade

vilaboense. Os que participaram diretamente da organização puderam perceber o quanto a educação patrimonial se faz urgente para o Ferreiro, para que a comunidade possa contar a sua própria história e sua relação com o lugar.

A Universidade Estadual de Goiás por meio do Gwata¹⁹, responsável pela divulgação e registro audiovisual da festa, reforça a educação patrimonial como motor do desenvolvimento do bem viver, principalmente, para as comunidades residentes, ou algumas parcelas como projeto piloto e já tem a intenção de seu Altamiro em implantar o turismo de experiência na parcela.

O que vi, quando fui colar os cartazes, é que tem muita gente que nem sabe que existe o Arraial do Ferreiro. Não sabem sua história, nem do assentamento! E não são pessoas jovens não, tem muita gente mais velha, tipo 40-50 anos que nunca foram lá. Meu avô trabalhou em uma reforma que houve há uns 40 anos atrás, ele era carpinteiro. Eu vejo que o Ferreiro tem um potencial turístico enorme, podendo agregar até visitas aos assentados para vivenciar as atividades das propriedades e até mesmo passando pela Escola Agrícola, onde temos algumas trilhas lá dentro. Podemos começar até pela estrada real e terminando na Igreja! Potencial tem, falta um projeto bacana para isso né? Não sei se ajudei, qualquer coisa me fale! (Adriane Botelho, vilaboense, entrevistada no domingo da festa)

Acompanhei mais de perto a parceria com o IFG, observando diretamente as atividades desenvolvidas por alunos e professores na parte cultural da festa: a divulgação, a valorização da memória coletiva, a montagem da exposição temporária, mobilização na cavalgada e na logística nos dias da festa colaborando com a comunidade.

A partir dessas reflexões e dinâmicas, recolhemos fragmentos de narrativas dos moradores que marcam a 3ª escritura e uma moradora que acompanhou o movimento de luta até a conquista da terra, conhecemos a Igreja São João Batista, a sala destinada a montagem e exposição e o cemitério, além das nascentes e córregos cruzando as estradas. (alunx de agroecologia do IFG, entrevistado na sexta (12) durante a montagem da exposição)

Prancha 08: Parcerias para a festa de São João Batista, 2015

Gwata: filmagem/fotografias/prendas
Igreja: Tenda e ofícios
IFG: Memorial

¹⁹ Núcleo de Agroecologia e educação do campo – GWATA/UEG.



CPT: divulgação da festa e mobilização para o encontro de violeiros



Prefeitura: Limpeza e manutenção da estrada



Comunidade: alimentação/bebida e liturgia.



Para a montagem da sala expositiva (ver prancha 09) localizada em uma das salas da Igreja São João Batista, os estudantes recolheram depoimentos de moradores do P.A. Serra Dourada, objetos antigos e fotografias, além do material de arquivo de parceiros e pesquisadores sobre a Comunidade e a Festa do

Ferreiro. A sala recebeu o nome de “Comunidade do Ferreiro – Desejo de Memória” e foi decorada com flores da bandeira de São João confeccionada pelos estudantes, assim como a contribuição durante todo o preparo no 1º dia da festa e a participação durante toda a programação da festa.

Prancha 09: Preparação da festa e montagem da exposição no dia (12)



Figura 01: alunos do curso de agroecologia, do IFG na preparação da festa

Figura 02: Jessica Lorraine, filha de assentados no P.A.

Figura 03: Preparação do memorial temporário

Figura 04: Exposição temporária “Comunidade do Ferreiro: desejo de memória”

A festa de São João Batista tem uma roupagem religiosa, característica das festas populares, aliada ao divertimento pública e coletivo. A festa, então, assume um papel importante na manutenção de solidariedade da comunidade e nos reforça dos laços internos da própria comunidade. E, nesta nova configuração contemporânea, ela se desdobra na repercussão da mídia local,

como a radio, o carro de som e o famoso boca a boca, associação para fins econômicos, caso da COOPAR, além de diversas apropriações – da igreja ao discurso político, por exemplo.

O tríduo de São João aconteceu entre os dias 12-14 de junho, não se sabe se por coincidência, na data de outro santo junino – Santo Antônio (13). A festa é o momento chave dos laços relacionais entre as pessoas ligadas ao Ferreiro, pelo trabalho, consumo dos alimentos produzidos pela agricultura familiar do assentamento, educação e relações de compadrio.

A recepção de turistas, o patrocínio de políticos e empresários, a divulgação feita pela imprensa local, entre outros acontecimentos, assumem papel destacado na atribuição de significados múltiplos ao festejo, por exemplo, a mudança da data, já que na cidade de Goiás tem a famosa festa de São João da rua do Capim que mobiliza os mesmos parceiros.

O primeiro dia de trabalho (12) da organização foi intenso. Os alunos do IFG fizeram uma ótima vivência que deve ser estimulado, a meu ver, todos os anos seguintes, pois é a partir da educação humanizadora que transformamos os obstáculos em pontes, do que neste tipo de atividade se gera o sentimento de pertencimento e respeito à diversidade cultural.

A festa de São João Batista do Ferreiro é materializada em atividades religiosas e profanas, logo após a missa, como a venda de alimentos e bebidas alcoólicas, danças, jogos, leilões, fogos etc. Os aspectos lúdicos ainda persistem ao tempo, e remetem ao São João tipicamente, rural: bandeirolas, fogueiras, mastro e a primeira quadrilha improvisada pelos alunos do IFG e EFA.

A festa junina se confunde com a de São João, e, tem várias versões pelo Brasil afora. Cada um a sua maneira, os “arraiás” tem em comum elementos essenciais: a fogueira, que associada ao nascimento de João Batista, primo de Jesus. Também é usada para espantar o frio, pois marca o nosso inverno cerrado, também da fome, pois assa-se batata doce e milho, como costumes antigos rurais, além do sentido de celebração e fortalecimento de laços como o batismo de fogueira e oferenda ou agradecimento pela colheita. A fogueira só é acessa no segundo dia, após levantamento do mastro que também é uma homenagem ao padroeiro que tem sua bandeira enfeitada pelas mulheres da comunidade e colocada no alto do mastro.

E, as bandeirolas feitas de papel fino e coloridas, indispensáveis na ornamentação da festa, referem às bandeiras de tecidos dos santos juninos que são os santos populares, protetores do homem e de sua comunidade, com muita comilança e leilões para o santo.

São João é o único santo cujo nascimento e martírio, em 24 de junho e em 29 de agosto respectivamente, são evocados em duas solenidades pelos cristãos. Também ligado às questões de saúde e conhecimento, o santo junino recebeu votos de agradecimentos e muitas oferendas para a proteção da família, do trabalho, sobretudo o da roça.

O primeiro dia do tríduo, na sexta (12) passamos o dia todo, na correria da organização final da festa. Homens, mulheres, jovens e alunos do IFG participantes da vivência, divididos por tarefas, colaboraram para a recepção noturna. Enquanto o casal de noivos trabalhava na ornamentação da tenda, com as bandeirolas e balões, os alunos do IFG concentravam na montagem do memorial. As mulheres ficaram responsáveis pela limpeza da igreja e no preparo dos alimentos para comercialização logo mais tarde.

A reza do terço na igreja e depois uma confraternização íntima, com os assentados, compadres e agentes da diocese, no clima de inverno no Ferreiro faz com que as rodas de conversas depois da celebração tornasse uma lembrança daqueles tempos antigos, assim denominados pela própria comunidade. O imaginário rural presente naquele ritual de protagonismo de conquistas: a terra, a reforma da igreja e a festa.

O dia seguinte, do levantamento do mastro (13) começava com foguetório no alvorecer e badaladas do sino anunciando o dia do santo Antônio, e, o segundo dia da festança. A presença cada vez maior de devotos durante a missa e demais participantes para o festejo já era visível no segundo dia. Todos participaram da procissão para o levantamento do mastro de São João. Ascendeu a fogueira, e contaram com a animação da turma de agroecologia do IFG que improvisaram a primeira quadrilha do Ferreiro. Em seguida, os leiloeiros fazem animação do grande rancho pelas altas horas no antigo arraial.

O terceiro e último dia da festa, que acontece no domingo (14) pela manhã começa com a concentração da cavalgada dos alunos para a divulgação do curso de agroecologia, e, como envolvidos desde a organização do memorial e

nos preparos para a festança, também se tornou uma forma de marcar a presença na festa. A missa foi realizada pelo bispo da diocese, D. Eugenio Rixen, que falou da missão de São João Batista na terra, e, que deixa exemplos de fé, trabalho e renovação para os presentes, nesta data.

No final da missa, uma folia de agradecimento aos santos juninos na igreja anuncia a abertura do Encontro de Violeiros que teve várias apresentações. Logo mais, abriram o palco, e, muitos vilaboenses se sentiram a vontade para cantar a alegria e a festa daquele dia.

O almoço foi servido pela própria comunidade, que demonstrava a tamanha felicidade, de festar com tantas pessoas, reunidas naquela igreja, assim daquele jeito, um dia, sonhada por eles. E, não houve nenhuma tensão entre a comunidade. Até aqueles que não são católicos estiveram presentes, trabalhando e/ou festando.

Um grupo de ciclistas fazendo trilhas se aproxima da festa, e, fica para o almoço, e observação daquele antigo e festeiro arraial. A emoção era tamanha que não conseguia mais relatar o caderno de campo. Resolvi fazer o que Carlos Rodrigues Brandão aconselhou: “viva”!

Muitos vilaboenses, comerciantes na cidade de Goiás, como: o taxista, o padeiro, o feirante, a caixa do supermercado, o pedreiro que trabalhou na obra de restauração da igreja, a restauradora, o dentista, a chef, a depiladora, o vigia, a professora, o estudante, o delegado... Tantos sujeitos conhecidos pelas ruas de Goiás, que tinham a partir dali algo para falar da festa de São João, do Ferreiro, se não tinham vivido, foi o pai, o avô, a avó, entre outros. Imagino que a festa de São João Batista e a festa de São Sebastião da Pedreira devam continuar os estímulos as pesquisas, que elegem a cultura popular para registrar a passagem e as marcas do homem.

O depoimento da Castorina, chef de cozinha, estudante de turismo, vilaboense, ex- moradora do Ferreiro, filha do chefe do posto do Ministério da Agricultura demonstra o sentimento de pertencimento e valorização para o Ferreiro, partindo da festa como uma ação preservacionista, capaz de acionar tais sentimentos:

Do Ferreiro só tenho boas lembranças. Mas meu tempo de moradia aqui foi na infância e o que me faz recordar dos folguedos e brincadeiras. Recordo-me bem que no Ferreiro mesmo tinha essa igreja com o cemitério. Aqui na igreja tinha missas e festas, inclusive a

ultima festa há muitos anos atrás foi meu pai que fez: a festa de São João. Era tão animada, porque além dos moradores, funcionários do ministério da agricultura, meu pai era o chefe do posto. Tinha também os visitantes que vinham da cidade de Goiás.

Celebrava a missa, tinha leilão, fogueira e também um concurso da rainha. O premio era para a menina que arrecadava mais dinheiro para a igreja. Lembro-me de três meninas candidatas. No final a premiada ganhava uma coroa de cartolina com muito brilho e colocava a faixa da rainha. O mastro da festa era enorme com uma bandeira na ponta.

Ao redor da igreja tinha três casas, Uma da dona Bem, outra do senhor Atary Santana com dona Lourdinha e a ultima penso ser do caseiro, não lembro muito bem. Todas as casas tinham quintais com fartas fruteiras, principalmente mangas e jabuticabas.

As prendas para o leilão tinha de tudo, desde bolos, quitandas feitas daquele jeito rustico, enormes e deliciosos biscoitos e petas. Também tinha frango assado, doces, vinhos e frutas. Eram adornados com papel celofane de todas as cores. Eu achava lindo!

Agora, na fogueira recordo do pessoal andando por cima das brasas acesas e descalças, mas nem sei o por que. Ah! Pra mim, aquilo era pura magia! (Castorina Nery, vilaboense, entrevistada no domingo da festa (14))

Ocorreu um aumento exponencial da importância das trocas executadas entre os sujeitos envolvidos com a festa. Por exemplo, o delegado da cidade diz ser filho da dona de um lote em frente à igreja, e, que gostaria de doar para a construção de um salão paroquial. Descobri esta informação, pegando carona de volta pra Goiás. Se eu não tivesse escutado Carlos Brandão, talvez não tivesse estas histórias para contar.

A memória dos festeiros me deixava em estado de graça. Todos queriam (re)viver aquela história do Ferreiro. A festa, então, pode ser considerada um elo entre passado, presente e futuro, da comunidade do Ferreiro e vilaboenses, sejam quais identificações fizeram, as individuais e as coletivas, manteve o desejo de (re)viver o lugar.

Prancha 10: Aspectos socioculturais da festa de São João Batista, 2015





A avaliação da parceria foi realizada no dia 24/07 na Igreja do Ferreiro junto com a comunidade, estavam presentes as instituições parceiras da festa. A comunidade avaliou como positiva a parceria na divulgação, na construção da festa e participação, principalmente na logística. E, tiveram um ponto negativo

para a organização da cavalgada, pois não teve o policiamento que havia sido prometido. A professora de agroecologia Ana Claudia do IFG ressaltou que:

A ideia é que a parceria se prolongue e que façamos um projeto que vire um Ecomuseu que consiga assimilar a noção de pertencimento, o modus operandi da comunidade, e o patrimônio. Já foram realizados alguns contatos que reforçam a possibilidade dessa parceria. A comunidade tem interesse de que seja realizado esse museu vivo e que o incluam nesse resgate de memória e concilie com suas atividades cotidianas (Ana Claudia, professora do IFG).

Volto ao campo no final de julho de 2015, desta vez para uma visita com turma de especialização interdisciplinar em Patrimônio, Direitos culturais e Cidadania ofertada pelo Núcleo de Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás. Fomos recepcionados pela Maria da Glória, a guardiã da memória da última restauração na igreja. Seu apreço e carinho pelo monumento são percebidos ao nos orientar a conhecer mais sobre a igreja, a comunidade, a sua própria vida, o bem viver no Ferreiro.

Numa das pausas contemplativas, o grupo estabelece um diálogo com Maria da Glória, que a partir deste momento, para mim, que a acompanhou desde 2009, não a vejo apenas como assentada. Maria da Glória passa a ser uma guia em potencial para as redes de vivências na comunidade do Ferreiro.

— Ainda acontece missa aqui?

Maria — Acontece.

— Toda semana?

Maria — Não. Ela é uma vez por semana. Uma vez por mês. A gente tem a festa no final do ano de confraternização da comunidade. No mês de junho que tem a festa.

— Festa de São João?

Maria — De São João.

— Como começou essa Festa de São João?

Maria — Na verdade essa festa nunca deixou de existir. Ela sempre teve. Antes disseram que é muito boa. Quando a igreja se deteriorou e não pode mais fazer lá na igreja. Então as pessoas passaram a fazer nas casas. Cada pessoa fazia numa casa. Lá na minha casa mesmo fez dois anos. A gente nunca deixou de morrer. A comunidade participava. As vezes vinha gente de fora, as vezes não vinha, mas a comunidade sempre deixou em pé. Até teve alguns críticas eu comecei a falei: eu quero essa festa de arromba! Me criticaram e me chamaram

de louca. Quando eu falei falaram: porque eu ia pagar o tamanho da coisa que eu estava programando? Esse ano foi provado que a gente pode fazer ela maior ainda. Só falta a gente fazer o nosso tablado. Só vou sossegar quando eu conseguir um tablado (Maria da Glória, assentada)

Como vocês perceberam a igreja e a festa de São João Batista tem grande importância para a comunidade do Ferreiro. Embora a produção comercializada apresentada no capítulo 2, na personificação do Altamiro, é perceptível que a forma de vida e a própria produção fazem com que o assentamento tenha um viés anticapitalista, visto a família como núcleo produtivo para o desenvolvimento da parcela.

Dona Joana, o ethos camponês tradicional, ligado ao tripé: terra, trabalho e família tem a parcela como seu *paraíso*. É sem dúvida o maior patrimônio para o homem – o *paraíso* – para desfrutar e descansar o tempo que passou na luta pelo pedaço de terra.

As negociações das unidades produtivas foram suspensas nestes dias de preparo e festa, muitos trabalhos e encomendas foram adiantadas ou negociadas, logo o encerramento da festa. A preparação e a organização também faz parte da festa. É o grande mutirão que mobiliza toda a comunidade, como disse Jessica, jovem assentada: “a festa é um momento de confraternização, oração, momento onde a comunidade trabalha em equipe, todos unidos em prol de um mesmo objetivo”, o que os fazem recordar daquele espírito vitorioso da luta pela terra. Agora, comemora o que se colhe da terra.

Por tanto a festa de São João Batista no Ferreiro tem como objetivo acionar os laços entre a comunidade, como os casos de compadrio, casamentos, batizados, e, até mesmo elevar a preservação dos valores culturais do camponês, já defendidos por K. Woortmann, aqui só reforçados pelas práticas cotidianas da comunidade estudada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos dois anos novos caminhos, olhares e escolhas se abriram. Ficam também muitos questionamentos, que não cessarão aqui com a

dissertação. Pelo contrário. Cada pulo para o lado de lá do continente em busca de teorias antropológicas, mais me voltava ao nosso sertão [goiano]. Uma imensidão de olhares, e, possibilidades.

Neste mergulho pela Antropologia fiz-me ouvinte de provérbios de outros povos, como os árabes e os indígenas, em que dizem que o silêncio é de ouro e a palavra é de prata. Aprendi que o silêncio nos possibilita juntar as peças do quebra cabeça, no meu caso da pesquisa do mestrado.

Ao unir o que a Antropologia me proporcionou: teorias e métodos e a intuição dos “rastros” apreendidos no tempo/espço enquanto olhava para o Ferreiro, logo no início dos anos 2009. Mas, foi sem dúvida, a solidão e a exaustiva e fina observação - o olhar “estrangeiro”, “o de fora”, “estranho” que despertou para o uso três categorias para o exercício/pensamento neste processo intenso de pensamento e viver o campo, que também formam a composição dos capítulos deste trabalho: no capítulo 1 apresentação da organização social da comunidade de assentados que vivencia o sítio histórico Ferreiro, do século XVIII; A luta pela terra refletida no capítulo 2, nas figuras da anciã e do produtor, e, por último, o capítulo 3 faz a reflexão sobre o uso social do patrimônio da igreja do Ferreiro vivenciada pela comunidade do Ferreiro entorno da terra, da luta e do sagrado.

A preocupação com o Ferreiro, em 2009, se dava no esquecimento do antigo arraial. Com a ação preservacionista do IPHAN, e, a mobilização da própria comunidade, da Diocese e da CPT para que a festa de São João Batista se (re)anime, como marco de democratização de espaços por meio da Reforma Agrária, do Patrimônio e das vivências cotidianas da comunidade do Ferreiro como dos vilaboenses e visitantes que ali vão se aproximando.

Este trabalho parece não ter fim. Bom, pelo menos essa é a minha sensação. As pessoas na cidade me param pelas ruas pra falar do Ferreiro. Engraçado, e, eu que pensava que no início do trabalho reclamava da solidão do antropólogo, que só trabalhava sozinho!

De alguma forma queriam a sua maneira também protagonizar histórias sobre o Ferreiro. Isso, na antropologia é fonte inesgotável. E, assim foi cada vez mais difícil selecionar e classificar o que entraria nesta etapa, pois vejo que a dissertação é apenas um despertar! Tanto que o INRC feito recentemente na

cidade recomendou mais estudos nesta região do Ferreiro e Ouro Fino, e, notavelmente, pensar num museu de percurso devido à importância desses lugares como inauguração de um estado, um povo – o goiano, além, claro, de uma paisagem cultural que evoca o homem camponês, o tropeiro, o caboclo do sertão, do interior sendo uma das nossas faces brasileiras.

REFERENCIAS

ABREU, Regina e CHAGAS, Mario (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ARANTES, Antônio Augusto. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1984.

ARAUJO, Alceu Maynard. *Cultura Popular brasileira*. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 23.

ARNS, Cardeal. *Santos e Heróis do Povo*. 2. Ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1986

BARRETO, Margarita, et al. *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. Campinas: Papirus, 2001

BHABHA, Homi, Disseminação. *Em O local da cultura*. Belo Horizonte, UFMG
BRANDÃO, Carlos R. *Campesinato Goiano, três estudos*. Goiânia, Ed. Da Universidade Federal de Goiás, 1986.

BENJAMIN, Walter. O Colecionador. In: *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

BRASIL. Decreto-lei nº 25 de novembro de 1937. Organização do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em :
http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf Acesso dia 15/09/2015

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Heloisa P. Citrao e Ana Regina Lessa. São Paulo: Edusp, 2003

----- *O patrimônio cultural e a construção imaginária no nacional*. In: HOLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Brasília: IPHAN, n.23, p.94-115, 1994.

CANDIDO, Manuelina Maria Duarte. *Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro*. LISBOA:ULHT, 2003. (cadernos de sociomuseologia, 21)

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O Trabalho do Antropólogo*. Brasília/São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 1988.

CARNEIRO, Keley C. *Cartografia de Goiás: patrimônio, festa e memórias*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: UFG, 2005.

CARNEIRO, Maria José. *Mulheres no campo*. Estudos Sociedade e Agricultura, 2 julho 1994.

CAVALCANTI, Maria Laura. *Os sentidos no espetáculo*. Revista de Antropologia, São Paulo, v. 5, . 1, p. 37-78, 2002

CERTEAU, Michel de . *A invenção do cotidiano*. 1 Arte de fazer. Petropolis, RJ: Vozes, 1994

CERTEAU Michel de et al. *A invenção do cotidiano*. 2 Morar, cozinhar. Petropolis, RJ: Vozes, 2009

CHAGAS, Mário. *Imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: UERJ, 2003. (Tese de Doutorado).

CHIANCA, Luciana. *A festa do interior: São João, migração e nostalgia em Natal no século XX*. Natal: EDUFRN, 200

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2003

CHUVA, Marcia (org.). *A invenção do patrimônio*. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN, 2009

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica*.Org. José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

Das, Veena y Poole, Deborah. *El estado y sus márgenes. Etnografias comparadas*. Cuadernos de Antropologia Social nº 27, pp.19-52, 2008

DOURADO, Maiara. Memórias da Luta de Trombas e Formoso [manuscrito] : A construção da significância interpretativa e memorialística de um evento político / Maiara Dourado - 2014.
xv, 154 f. : il., figs, tabs

ESCOBAR, Arturo. *La invencion del tercer-mundo*. Caracas. ElPerroylaRana.
<http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libros/218.pdf>

ETZE, Eduardo. *O Barroco no Brasil*. São Paulo. Editora: Melhoramentos, 1974

FERNANDES, Florestan. *Democracia e Desenvolvimento. In: Em busca do socialismo: últimos escritos & outros textos*. São Paulo: Xamã, 1995b.

FONSECA, M.C.L. *Construções do passado: concepções sobre e proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (Brasil: anos 70-80)*. Brasilia, 1994. Tese (doutoramento em Sociologia) – UnB, Brasília, 1994.

----- . *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*, Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005

FUNARI, Pedro Paulo A. e PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2006.

FAVRET-SAADA, J. Ser Afetado. Caderno de campo. Revista dos alunos de pós-graduação em antropologia social da USP, nº 13, ano 14, 2005 – São Paulo: USP, FFLCH.

GEERTZ, Cliford, *A Interpretação das Culturas*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2004

----- *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petropolis. Vozes, 1997.

GONCALVES, José Reginaldo Santos. *Coleções, museus e teorias antropológicas: reflexões sobre o conhecimento etnográfico e visualidade*. In: ----- *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro, 2007. p. 43-62

----- *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/MINC/IPHAN, 2002.

HALBAWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Trad. Beatriz Sidou, São Paulo: Editora Centauro, 2004.

IPHAN. Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais. Brasília, DF. 2007

IPHAN. Plano de Preservação. Sítio Histórico Urbano. Brasília, DF. Edição revisada e aumentada, 2005

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998

----- Documento/Monumento. In: ROMANO, Ruggiero (ir.). *Enciclopedia Einaudi. Memória – História*, v.1, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da moeda, 1984.

LEMOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. 5ª ed. Coleção primeiros passos. Brasília: Brasiliense, 1987.

LEVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

LIMA FILHO, Manuel F. *Entre campos: cultura material, relações sociais e patrimônio cultural*. In: Manuel Ferreira Lima Filho, Izabela Maria Tamaso. (Org.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012a.

MAGNANI, Jose Guilherme Cantor. *Etnografia como pratica e experiência*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-165, jul/dez 2009.

MALINOWSKI, B. Introdução. In: *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. *Chorografia Histórica da Província de Goiás*. SUDECO/Governo de Goiás, Goiânia. 1979.

SAID, Edward. A representação do colonizado: os interlocutores da antropologia. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. SP: Companhia das Letras, 2003

STRATHERN, Marilyn. *No limite de uma certa linguagem*. Mana, Rio de Janeiro, v. 5, nº 2, Oct.

TAMASO, Izabela. *Em nome do Patrimônio: representação e apropriações da cultura da Cidade de Goiás*. UnB. Tese de Doutorado, Brasília, 2007.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. *Revista Mana* 8(1):113-148, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v8n1/9643.pdf> Acesso dia 24 de maio de 2014

WAGNER, Roy. *A Invenção da Cultura*, Cosac Nayf, São Paulo, 2010

WOLF, Eric. Cultura, panaceia ou problema? *Em Antropologia e poder*. Brasília, Campinas; UnB, Unicamp

WOORTMANN, Klass. *Com Parente não se Neguceia: o campesinato como ordem moral*. Brasília: UNB, Anuário Antropológico 87, 1990.

WOORTMANN, Ellen F; WOORTMANN, Klass. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.